

1 Informações Sobre a Companhia

A Suzano Papel e Celulose S.A., a seguir designada como “Suzano”, e suas controladas, em conjunto designadas neste relatório como “Companhia”, com sede social em Salvador no Estado da Bahia/Brasil, é uma sociedade anônima de capital aberto com ações listadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

A Suzano possui 5 (cinco) unidades industriais no Brasil, sendo 1 (uma) na Bahia, 1 (uma) no Maranhão e 3 (três) em São Paulo. Nestas unidades industriais são produzidas celulose de fibra curta de eucalipto, papel (papel revestido, papelcartão, papel não revestido, *cut size*), e bobinas de papéis para fins sanitários (bens de consumo - *tissue*), para atendimento ao mercado interno e externo, além de produção de energia elétrica para consumo próprio e venda a terceiros do excedente. A comercialização da celulose, papel e de bens de consumo no mercado internacional é realizada através de vendas diretas pela Suzano e, principalmente, por meio de suas controladas localizadas na Argentina, Estados Unidos da América, Suíça e escritórios de representação na China e Inglaterra.

A Companhia tem ainda por objeto social a exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda a terceiros, a operação de terminais portuários e a participação, como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento.

A Companhia é controlada pela Suzano Holding S.A. e pelos Controladores e Administradores que detém 33,24% e 23,26% das ações ordinárias do seu capital social, respectivamente.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 07 de fevereiro de 2018.

1.1 Principais eventos ocorridos em 2017

a) Eventos operacionais

i) Recompra de *Senior Notes* (“*Notes 2021*”)

No segundo semestre de 2017, a Companhia realizou, por meio de sua controlada Suzano Trading Ltd (“Suzano Trading”) a recompra de títulos da dívida *Senior Notes* due 2021, no montante total de US\$ 456 milhões.

As recompras foram realizadas por meio de operação distribuída a mercado, considerando o valor no mercado secundário acrescido de prêmio de 0,50 ponto percentual.

Essa operação reitera o compromisso da Companhia com a gestão de seu endividamento, buscando constantemente oportunidades com estruturas e custos adequados e condizentes com seu posicionamento de mercado.

O valor original do *Notes 2021* era de US\$ 650 milhões, com as transações de recompra desde 2015, o saldo em aberto em 31 de dezembro de 2017 é de US\$ 190 milhões.

ii) Início de produção e vendas de *tissue* - Unidade Mucuri (BA) e Unidade Imperatriz (MA)

Em 11 de setembro de 2017, a Companhia iniciou na fábrica de Mucuri (BA), a produção e vendas de *tissue*.

Em 22 de novembro de 2017, a Companhia iniciou na fábrica de Imperatriz (MA), a produção de *tissue*.

O investimento total estimado é de R\$ 540.000 e considera capacidade total de produção de 120 mil toneladas anuais de *tissue*, das quais 60 mil toneladas é a capacidade máxima de conversão.

iii) Reabertura das emissões de Bonds (“*Notes* 2026 e 2047”)

Em 05 de setembro de 2017, a Companhia reabriu as *Senior Notes* 2026 e *Senior Notes* 2047 e foram precificadas as emissões adicionais de títulos de dívida pela Suzano Áustria GmbH (“Suzano Áustria”), no volume adicional de i) US\$ 200 milhões, com remuneração ao investidor correspondente a uma taxa de 4,625% ao ano, a serem pagos semestralmente, nos meses de janeiro e julho, e com vencimento em 14 de julho de 2026 (“*Notes* 2026”); e ii) US\$ 200 milhões com remuneração ao investidor correspondente a uma taxa de 6,300% ao ano, a serem pagos semestralmente, nos meses de março e setembro, e com vencimento em 16 de março de 2047 (“*Notes* 2047”, e, em conjunto com as *Notes* 2026, “*Notes*”).

A Suzano pretende utilizar os recursos obtidos com a oferta das *Notes* 2026 para financiar ou refinarçar suas necessidades de capital e investir em Projetos Verdes Elegíveis (*Eligible Green Projects*), e das *Notes* 2047 para propósitos corporativos em geral e recompra de US\$ 146 milhões de títulos de dívida *Senior Notes due 2021*. (Nota explicativa 1.1 a), i)).

iv) Estruturação de Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”)

Em 13 de março de 2017, a Companhia firmou uma parceria com o Banco Rabobank para a estruturação do FIDC, no formato condomínio fechado, que permitirá uma oferta adicional de crédito a clientes do mercado interno no valor de até R\$ 100.000. (Nota explicativa 7.4).

v) Oferta de *Senior Notes* (“*Notes* 2047”)

Em 09 de março de 2017, a Companhia emitiu no mercado internacional, por meio de sua subsidiária integral Suzano Áustria, *Senior Notes* no valor total de US\$ 300 milhões. As *Notes* têm vencimento em 30 anos e foram emitidas com cupom (juros) de 7,0% ao ano, os quais serão pagos semestralmente, a partir de setembro de 2017.

A Suzano utilizará os recursos obtidos com a oferta das *Notes*, líquidos dos custos de emissão, para propósitos corporativos em geral. (Nota explicativa 19 (d)).

b) Eventos societários

i) Aquisição de empresa no segmento de *Tissue*

Em 03 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças para a aquisição, direta e indireta, de, aproximadamente, 92,84% do capital social total e 99,99% do capital social ordinário da FACEPA Fábrica e Papel da Amazônia S.A. ("FACEPA"), estando a conclusão dessa aquisição sujeita a certas condições contratuais e legais usuais a esse tipo de operação, dentre elas a aprovação pelas autoridades brasileiras de defesa da concorrência.

O preço total em contrapartida das ações adquiridas é de R\$ 310.000, sujeito a ajustes.

A FACEPA produz e comercializa uma vasta gama de produtos de papel, inclusive, toalhas de papel, guardanapos, fraldas, papel higiênico e lenços de papel sob diversas marcas, com forte presença nesse segmento no Norte e Nordeste do Brasil. A FACEPA conta com fábricas localizadas em Belém, PA, e Fortaleza, CE, e possui capacidade instalada total de aproximadamente 50.000 toneladas/ano.

A operação de aquisição em questão está, assim, alinhada aos objetivos da Suzano de expansão de suas atividades para os mercados de produtos adjacentes à celulose e contribui para as operações da unidade de negócios de bens de consumo da Companhia no segmento de *tissue*.

ii) Migração para o Novo Mercado, conversão das ações preferenciais em ordinárias

Em 29 de setembro de 2017, a Companhia aprovou i) a proposta de migração da Companhia para o segmento de listagem do Novo Mercado da B3 e a consequente admissão das ações de sua emissão para negociação no Novo Mercado, ii) a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação preferencial, classes A ou B, para cada 1 (uma) ação ordinária, iii) a reforma do Estatuto Social, com o objetivo de adaptá-lo às determinações do Regulamento do Novo Mercado, e iv) alterar a metodologia de apuração do dividendo obrigatório, bem como para refletir melhores práticas de governança corporativa.

Em 10 de novembro de 2017, foi efetivada a migração da Companhia para o segmento do Novo Mercado da B3.

iii) Incorporação integral da controlada Amulya Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Amulya").

Em 31 de agosto de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Suzano, foi deliberada a incorporação da controlada Amulya, cujos ativos líquidos totalizam o montante de R\$ 37.106.

iv) Operação com Ibema Companhia Brasileira de Papel ("Ibema")

Em 01 de janeiro de 2017, a Suzano adquiriu da Ibema Participações S.A., 2.120.560 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão, pelo montante de R\$ 21, correspondente a 11,9% do capital social da investida, aumentando assim, sua participação para 49,9% (Nota explicativa 14).

O controle da investida é compartilhado (*joint venture*), sendo o investimento classificado como um negócio em conjunto.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota explicativa 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda, ativos e passivos financeiros e ativos biológicos que são mensurados ao seu valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis relevantes e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota explicativa 3.27.

2.1.1 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando informações da Suzano e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes.

As empresas controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir. No caso de controle compartilhado (*joint venture*) com outras empresas, estes investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas.

No processo de consolidação, os saldos das contas patrimoniais e das contas de resultado correspondentes a transações realizadas com empresas controladas são eliminados, bem como, os ganhos e perdas não realizados e os investimentos nessas controladas e seus respectivos resultados de equivalência patrimonial.

As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são:

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Investida	Natureza da principal operação	Tipo de participação	Participação no capital (%)	
			31/12/2017	31/12/2016
Amulya Empreendimentos Imobiliários Ltda ("Amulya") ^(a)	Arrendamento de terras	Direta	-	100%
Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda ("Asapir")	Contrato de mútuo	Controle conjunto	50%	50%
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda ("Paineiras")	Arrendamento de terras	Direta	100%	100%
FuturaGene Ltd ("Futuragene")	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Indireta	100%	100%
Ibema Companhia Brasileira de Papel ("Ibema") ^(b)	Produção e comercialização de papelcartão	Controle conjunto	49,9%	38%
Ondurman Empreendimentos Imobiliários Ltda ("Ondurman")	Arrendamento de terras	Direta	100%	100%
Paineiras Logística e Transporte Ltda ("Paineiras Logística")	Agenciamento de transporte rodoviário	Direta	100%	100%
Stenfar S.A. Indll. Coml. Imp. Y. Exp. ("Stenfar")	Venda de papel e materiais plásticos	Direta/Indireta	100%	100%
Sun Paper and Board Limited ("Sun Paper")	Compartilhamento de despesas	Direta	100%	100%
Suzano Áustria GmbH ("Suzano Áustria")	Captação de recursos	Direta	100%	100%
Suzano Pulp and Paper America Inc ("Suzano América")	Venda de papel e celulose	Direta	100%	100%
Suzano Pulp and Paper Europe S.A. ("Suzano Europa")	Venda de papel e celulose	Direta	100%	100%
Suzano Trading Ltd ("Suzano Trading")	Venda de papel e celulose	Direta	100%	100%

(a) Vide Nota explicativa 1.1 b), iii).

(b) Vide Nota explicativa 1.1 b), iv).

2.2 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, portanto, são consideradas como informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a controlada atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Suzano e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

a) Conversão de moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios, são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

b) Controladas no exterior

As controladas localizadas no exterior têm suas demonstrações financeiras individuais realizadas em sua moeda funcional definida.

Quando do processo de conversão para apresentação das demonstrações financeiras consolidadas estas controladas têm seus ativos e passivos monetários convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento

dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais dos exercícios. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para Reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica).

Os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada sobre os investimentos em controladas no exterior, avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada no processo de conversão para consolidação das demonstrações financeiras da Companhia, são reconhecidos na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial e apresentados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

A moeda funcional utilizada na conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior estão apresentadas abaixo:

Controlada	País Sede	Moeda funcional
Suzano Trading	Ilhas Cayman	Dólar Americano
Suzano América	Estados Unidos	
Suzano Áustria	Áustria	
FuturaGene	Inglaterra	Libra Esterlina
Sun Paper		
Suzano Europa	Suíça	Franco Suíço
Stenfar	Argentina	Peso

2.4 Apresentação de informações por segmentos operacionais

A Administração definiu como segmentos operacionais:

- Celulose: abrange as atividades de produção e comercialização de celulose de mercado de fibra curta de eucalipto e *fluff* para abastecimento essencialmente das demandas do mercado externo, com excedente sendo destinado ao mercado interno.
- Papel: abrange as atividades de produção e comercialização de papel para atendimento das demandas do mercado interno e mercado externo. As vendas do segmento de bens de consumo (*tissue*) estão classificadas nesse segmento devido a imaterialidade do segmento.

3 Principais Práticas Contábeis

A Suzano, suas controladas e operação controlada em conjunto aplicaram as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos mantidos em caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original inferior a 90 dias a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor.

3.2 Ativos e passivos financeiros

a) Visão geral

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria “ao valor justo por meio do resultado”, onde tais custos são diretamente lançados na rubrica de resultados financeiros. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia não adota o “*hedge accounting*” previsto nos CPCs 38, 39 e 40.

O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado nas datas de fechamento dos balanços. Na inexistência de mercado ativo, o valor justo é determinado por meio de técnicas de avaliação e essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor justo de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

O ganho ou perda no reconhecimento inicial de ativos e passivos financeiros, decorrente da diferença entre o valor justo e o valor presente dos fluxos de caixa do instrumento descontado pela taxa contratual, chamado de “*day one profit or loss*”, é reconhecido no resultado de maneira proporcional ao prazo da operação, até que todo o montante seja considerado no vencimento, no caso de o valor justo não ser observável diretamente em mercado aberto.

b) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de receitas ou despesas financeiras.

ii) Empréstimos (concedidos) e recebíveis

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de receitas ou despesas financeiras.

A Companhia não mantém ativos financeiros que seriam classificados na categoria de investimentos mantidos até o vencimento.

c) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

ii) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

3.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal faturado na data da venda no curso normal das atividades da Companhia, acrescidas de variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira. Em razão do prazo médio de recebimento dos títulos o seu valor corresponde ao valor justo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Com base em análise individual, é constituída perda estimada para crédito de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dessas contas a receber em contrapartida a rubrica de despesas com vendas.

3.4 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção, líquido de impostos recuperáveis e o seu valor líquido de realização. As

importações em andamento são apresentadas pelo custo incorrido até a data do balanço. O custo da madeira transferida dos ativos biológicos é o seu valor justo acrescido dos gastos com colheita e fretes.

Os saldos dos estoques são apresentados líquidos de perdas estimadas constituídas para cobrir eventuais perdas prováveis identificadas ou estimadas pela Administração.

3.5 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos líquidos não circulantes mantidos para venda são classificados se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo e quando essa venda for praticamente certa.

Estes ativos são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

Eventual perda por redução ao valor recuperável é alocada inicialmente ao ágio, no caso de investimento, e, então, para os ativos e passivos remanescentes. As perdas decorrentes desta avaliação são reconhecidas no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

3.6 Ativos biológicos

Os ativos biológicos (florestas de eucalipto de reflorestamento, com ciclo de formação entre o plantio até a colheita de aproximadamente sete anos) são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento do corte. Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado de acordo com o ciclo de produtividade projetado desses ativos.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota explicativa 13. A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é feita semestralmente, pois considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas informações financeiras.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, na rubrica de outras receitas/despesas operacionais. O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade do produto agrícola cortada /vendida, avaliada por seu valor justo.

3.7 Investimentos

Investimentos são representados por participações em outras empresas controladas ou controladas em conjunto (*joint venture*) realizados pela Companhia e avaliados pelo método de equivalência patrimonial. A variação cambial sobre investimentos no exterior é classificada como ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido e realizada na alienação ou baixa do investimento.

Os ganhos ou perdas decorrentes de transações entre essas empresas são eliminados na consolidação para fins de equivalência patrimonial e no balanço consolidado.

3.8 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio apurado na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Transações de aquisição de participação com controle compartilhado sobre acervos líquidos negociados aplica-se orientações, complementares ao CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, do CPC 19 - Negócios em Conjunto e CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimentos Controlados em Conjunto.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma *joint venture* é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *joint venture* a partir da data de aquisição. O ágio relativo à *joint venture*, se algum, é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, um ativo intangível e tampouco passível de amortização contábil. Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação pertencente a Companhia, pela diferença entre os valores contábeis registrados na empresa negociada e seu valor justo apurado (mais valia dos ativos) e estes passíveis de amortização.

3.9 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção líquidos dos impostos recuperáveis, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, deduzido da depreciação acumulada e das perdas prováveis para redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas, quando incorridas.

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada item (Nota explicativa 15) e os bens arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato.

Ativos imobilizados oriundos de contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos pelo menor valor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou a revisão da vida útil desses ativos com base no uso e na estimativa de uso dos ativos e não identificou necessidade de alteração da vida útil econômica utilizada.

Gastos com manutenção e reparos dos principais equipamentos industriais que não aumentam significativamente a vida útil desses ativos, denominados de gastos com Parada Geral, são apropriados diretamente no resultado do exercício quando incorridos na rubrica de custos dos produtos vendidos.

3.10 Intangível

i) Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura

O ágio é a diferença positiva entre o valor transferido para aquisição e o valor justo dos ativos líquidos adquiridos de uma empresa. O saldo do ágio deve ser atribuído a uma ou mais unidades geradoras de caixa às quais são submetidas a teste de *impairment* no mínimo anualmente e não é amortizado.

ii) Ativo intangível com vida útil definida

Os demais ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização baseados nestas vidas úteis e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando incorridas.

3.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

3.12 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”)

A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecida como passivo, com base na legislação societária e no estatuto da Companhia, até o limite dos dividendos mínimos obrigatórios. A parcela excedente dos dividendos declarada pela

Administração é apresentada na rubrica de dividendos propostos, junto das reservas de lucros no patrimônio líquido. Quando o valor excedente é aprovado pelos acionistas a parcela é transferida para o passivo circulante.

3.13 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.14 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.16 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias, vigentes na data do balanço, dos países onde a Companhia atua e reconhecidos na

demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do balanço patrimonial sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores nas demonstrações financeiras, exceto nas operações de combinação de negócios cujo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo não afete o resultado contábil ou fiscal.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, e quando estão relacionados a mesma autoridade tributária e a mesma entidade legal.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos decorrentes de perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados são reconhecidos na proporção da probabilidade de que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.17 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são registrados somente quando decisões judiciais favoráveis à Companhia foram transitadas em julgado e cujo montante possa ser mensurado com segurança.

Passivos contingentes são reconhecidos observando os seguintes critérios: i) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota, não são provisionados e nem divulgados; ii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda possível, não é constituída provisão, porém, são divulgadas nas notas explicativas; e iii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda provável, é constituída provisão em montante considerado pela Administração e seus assessores jurídicos suficiente para cobrir os desembolsos de caixa futuros.

3.18 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

3.19 Benefícios a empregados

O passivo atuarial é avaliado por atuário independente, para determinação dos compromissos com os planos de assistência médica e seguro de vida oferecidos aos empregados ativos e aposentados, ao final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os juros incorridos sobre o passivo atuarial são contabilizados diretamente no resultado na rubrica de despesas financeiras.

3.20 Pagamento baseado em ações

Os executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro e com liquidação em ações, com alternativa de liquidação em dinheiro.

As despesas com os planos são inicialmente reconhecidas no resultado em contrapartida a um passivo financeiro, durante o período de aquisição (carência) quando os serviços são recebidos. O passivo financeiro é mensurado pelo seu valor justo a cada data de balanço e sua variação é registrada no resultado como despesas administrativas.

Na data de exercício da opção e na situação de tais opções serem exercidas pelo executivo para recebimento de ações da Companhia, o passivo financeiro é reclassificado para uma conta no patrimônio líquido denominada “Reserva de opção de compra de ações”. No caso de exercício da opção em dinheiro, a Companhia liquida o passivo financeiro em favor do executivo.

3.21 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que serão auferidas. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado do período de fruição do benefício e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

3.22 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3.23 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.24 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. As receitas de vendas estão apresentadas líquidas dos impostos, devoluções, descontos incondicionais e bonificações a clientes.

A receita proveniente de venda dos produtos é reconhecida quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, significantes riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, ou seja, a Companhia não detém mais envolvimento com o produto vendido, e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a seu favor. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

Venda de produtos

A Suzano fabrica e vende uma variedade de produtos do segmento florestal (celulose de fibra curta de eucalipto, papel (papel revestido, papelcartão, papel não revestido e *cut size*), e bobinas de papéis para fins sanitários (bens de consumo)) no mercado interno e externo. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia transfere o controle do bem para o cliente final (terceiro), o qual passa a ter total controle dos produtos, e não há qualquer obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente.

Venda de energia

A Companhia comercializa de forma indireta, como subproduto do processo industrial o excedente de energia elétrica produzido.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.25 Arrendamentos

A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em empréstimos. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento.

3.26 Transações com partes relacionadas

Para realização de operações e negócios com partes relacionadas é determinado que se observe os preços e condições usuais de mercado para estas transações, bem como as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

3.27 Estimativas, julgamentos e premissas contábeis relevantes

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas, julgamentos e premissas contábeis com relação ao futuro que afetam a aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas de forma contínua e qualquer alteração em suas bases são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e premissas utilizadas na aplicação das políticas e práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material estão apresentados a seguir:

i) Mensuração do valor justo

A Companhia seleciona métodos e utiliza julgamentos nas premissas que utiliza na determinação do valor justo, bem como, na definição dos cenários da análise de sensibilidade.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação (Nota explicativa 4.7).

Alterações significativas nas premissas utilizadas podem afetar a posição patrimonial da Companhia.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos materiais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i) Nota explicativa 4 – Instrumentos financeiros e riscos;
- ii) Nota explicativa 13 – Ativos biológicos;
- iii) Nota explicativa 23 – Plano de remuneração de longo prazo baseado em ações.

ii) Instrumentos financeiros (derivativos e não derivativos)

Para determinação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercado ativo são utilizadas técnicas de avaliação pela Companhia.

A Companhia utiliza operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise do fluxo de caixa e outras que contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração. A Companhia também utiliza seu julgamento para definir os cenários apresentados na análise de sensibilidade (Nota explicativa 4).

iii) Ativos biológicos

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos de florestas é realizado com uso da metodologia do fluxo de caixa descontado, onde são utilizadas diversas premissas econômicas e florestais críticas com alto grau de julgamento (Nota explicativa 13).

iv) Vida útil e valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A vida útil dos ativos tangíveis relevantes foi definida por peritos independentes e nas especificações dos fabricantes das máquinas e equipamentos, no nível de operação das plantas industriais e na qualidade da manutenção preventiva e corretiva. Os ativos intangíveis de vida útil definida são embasados em laudos de avaliadores independentes. Todos estes materiais envolvendo alto grau de julgamento e incertezas.

Caso ocorram eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros, a Administração realiza uma reavaliação e ajusta sua vida útil de acordo com a nova perspectiva (Notas explicativas 15 e 16).

v) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia.

Essas estimativas estão contidas em planejamento de longo prazo, que é revisado anualmente pela Administração e submetido para a aprovação do Conselho de Administração. Esse plano é elaborado utilizando variáveis macroeconômicas, como câmbio e taxa de juros; variáveis do segmento de mercado, como curvas de oferta/demanda esperadas e preços de venda projetados; variáveis operacionais, como custos de produção e volumes de produção esperados. O conjunto destas variáveis denota o grau de julgamento da Companhia sobre a previsão destas premissas e incertezas quanto a sua realização.

A Administração entende, com base nas projeções de resultado e resultados auferidos que a realização dos créditos diferidos ativos é provável (Nota explicativa 12).

vi) Passivo atuarial

A Companhia tem compromissos atuariais de benefícios pós-emprego referentes à assistência médica a ex-colaboradores. Tais compromissos e custos têm dependência de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as quais as mais relevantes são: taxas de desconto, inflação de longo prazo, variação de custos médicos e hospitalares, e variabilidade na tabela atuarial aplicada, as quais implicam certo grau de julgamento para com as premissas adotadas.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente por peritos independentes e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas (Nota explicativa 22).

3.28 Novas normas, revisões e interpretações ainda não vigentes

Foram emitidas e aprovadas as seguintes normas contábeis pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não as adotou de forma antecipada para a preparação destas demonstrações financeiras.

A Administração avaliou ou está em processo de avaliação e mensuração dos impactos na adoção das seguintes normas:

i) IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos financeiros – Substitui as orientações existentes na IAS 39, exceto para o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros e inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas até o fechamento destas demonstrações financeiras, o impacto mapeado esperado na perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”), na rubrica de clientes será imaterial em relação à rubrica do Contas a Receber. Para os demais instrumentos financeiros não identificamos impacto em relação a atual estrutura de instrumentos financeiros da Companhia.

ii) IFRS 15 (CPC 47) Receita de contratos com clientes - Substitui as orientações existentes na IAS 18/IAS 11, e determina essencialmente que a receita passe a ser reconhecida, não mais pela transferência de riscos e benefícios ao cliente, mas pela transferência de controle, onde o atingimento de obrigações de performance, reconhecidas ao longo do tempo ou em determinado momento, identificadas nos contratos firmados é determinante para avaliação da contraprestação que a empresa espera receber em troca do controle desses bens ou serviços, e portanto a parcela da receita a ser reconhecida. A IFRS 15 é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por esta nova norma e com base nas análises realizadas, não identificou mudanças que produzam impacto em suas demonstrações financeiras, devido a: (i) todos os critérios para o reconhecimento da receita já são atendidos; e (ii) a Companhia não possui obrigações de desempenho posteriores a entrega dos bens, ou seja, a Companhia satisfaz à obrigação de

desempenho ao transferir o bem prometido ao cliente em momento específico no tempo. Esse procedimento é aplicável na Companhia para o mercado interno e para o mercado externo.

iii) IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil - Substitui as orientações existentes na IAS 17, e determina essencialmente que os arrendatários passam a ter que reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso do bem arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, assim contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia, com base em avaliações preliminares, entende que o maior impacto produzido por esta norma está relacionado ao reconhecimento no balanço dos contratos de arrendamento de terras utilizadas para formação de florestas de eucalipto, com prazos de vigência de até 3 ciclos de formação florestal, em torno de 21 anos (Nota explicativa 20.3 i)), porém até o fechamento destas demonstrações financeiras, a Companhia está em processo de análise destes e dos demais contratos de arrendamento para eleger o critério de transição à nova Norma.

4 Instrumentos Financeiros e Riscos

4.1 Gerenciamento de riscos financeiros

a) Visão geral

A Administração da Companhia está voltada para a geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo. Fatores de risco externos relacionados a oscilações de preços de mercado, variações cambiais e de índices macroeconômicos podem introduzir um nível indesejado de volatilidade sobre a geração de caixa e resultados da Companhia. Para administrar esta volatilidade, de forma que não distorça ou prejudique o crescimento consistente no longo prazo, a Suzano dispõe de políticas e procedimentos para a gestão de riscos de mercado.

Tais políticas buscam: (i) proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção, ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não ("riscos de mercado") aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa da estejam expostos; e (ii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, tomando partido de *hedges* naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Companhia têm como objetivo a proteção das exposições existentes, sendo vedada à assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes de suas atividades operacionais.

O processo de gestão de riscos de mercado compreende as seguintes etapas sequenciais e recursivas: (i) identificação dos fatores de riscos e da exposição do valor dos ativos, fluxo de caixa e resultado da Companhia aos riscos de mercado; (ii) mensuração e comunicação dos valores em risco; (iii) avaliação e definição de

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

estratégias para Administração dos riscos de mercado; e (iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias.

A Companhia utiliza os instrumentos financeiros mais líquidos e: (i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (*hedge*); (ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e (iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes.

Os principais fatores de riscos financeiros considerados pela Administração são:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de taxas de câmbio;
- Risco de taxas de juros;
- Risco de oscilações de preços de *commodities*; e
- Risco de capital.

A Companhia não adota a modalidade de contabilização *hedge accounting*. Dessa forma, todos os resultados (ganhos e perdas) apurados nas operações com derivativos (encerradas e em aberto) estão integralmente reconhecidos nas demonstrações do resultado dos exercícios da Controladora e Consolidado, e apresentados na Nota explicativa 26.

b) Avaliação

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e apresentadas abaixo. Durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as categorias.

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo					
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	6	1.579.981	2.021.298	1.631.505	2.080.615
Ganhos não realizados em operações com derivativos	4.3	133.910	352.637	133.910	444.180
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalentes de caixa	5	490.701	841.056	1.076.833	1.614.697
Contas a receber de clientes	7	2.579.919	3.078.423	2.303.810	1.622.171
		4.784.511	6.293.414	5.146.058	5.761.663
Passivo					
Passivo pelo custo amortizado					
Fornecedores	18	581.810	549.513	610.476	582.918
Empréstimos e financiamentos	19	5.441.048	8.150.116	12.191.856	14.012.779
Empréstimos com partes relacionadas		6.722.399	5.732.759	-	-
Compromissos com aquisição de ativos	24	537.248	593.133	585.986	694.855
Valor justo por meio do resultado					
Perdas não realizadas em operações com derivativos	4.5	127.896	395.780	127.896	471.478
		13.410.401	15.421.301	13.516.214	15.762.030

c) Valor justo versus valor contábil

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e bancos, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais.

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

As aplicações financeiras e os contratos de derivativos, utilizados exclusivamente com finalidade de proteção, encontram-se avaliados pelo seu valor justo.

Para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidos, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos *swaps* de taxas de juros e índices é calculado como o valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares. Este cálculo é feito com base nas cotações da B3 e ANBIMA para operações de taxas de juros em reais, e da *British Bankers Association* e *Bloomberg* para operações de taxa *Libor*. O valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio *forward* prevalecentes nas datas dos balanços, de acordo com as cotações da B3.

Para determinar o valor justo de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado (e não para liquidação ou venda forçada) em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de precificação de opções, como *Black & Scholes*, e estimativas de valores descontados de fluxos de caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de celulose é obtido através da cotação de preços para instrumentos com condições e prazos de vencimento remanescentes similares, junto aos principais participantes deste mercado. Por fim, o valor justo dos contratos para fixação de preços de *bunker* de petróleo é obtido com base nas cotações do índice *Platts*.

O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a Companhia se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas de nossas demonstrações financeiras apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos.

A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros em aberto pode ser assim demonstrada:

	Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	1.076.833	1.076.833	1.614.697	1.614.697
Aplicações financeiras	1.631.505	1.631.505	2.080.615	2.080.615
Contas a receber de clientes	2.303.810	2.303.810	1.622.171	1.622.171
Ganhos não realizados em operações com derivativos (circulante e não circulante)	133.910	133.910	444.180	444.180
	5.146.058	5.146.058	5.761.663	5.761.663
Passivo				
Fornecedores	610.476	610.476	582.918	582.918
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	12.191.856	13.755.352	14.012.779	14.334.732
Compromissos com aquisição de ativos (circulante e não circulante)	585.986	564.292	694.855	700.754
Perdas não realizadas em operações com derivativos (circulante e não circulante)	127.896	127.896	471.478	471.478
	13.516.214	15.058.016	15.762.030	16.089.882

4.2 Risco de liquidez

A Companhia tem o direcionamento de manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto que o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez.

A seguir é apresentada a maturidade dos passivos financeiros com liquidação em caixa, incluindo estimativas de pagamentos de juros e variação cambial, referentes ao prazo restante na data-base das demonstrações financeiras até o prazo de vencimento contratual.

Os valores abaixo divulgados são os fluxos de caixa não descontados contratados e, portanto, podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

	31/12/2017					
Consolidado	Valor Contábil Total	Valor Futuro Total	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	610.476	610.476	610.476	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	12.191.856	15.897.299	2.704.902	2.686.542	4.930.467	5.575.388
Compromissos com aquisição de ativos	585.986	713.723	95.284	9.698	187.686	421.055
Derivativos a pagar	127.896	97.412	24.092	63.971	9.349	-
Outras contas a pagar	293.193	293.193	280.436	12.757	-	-
	<u>13.809.407</u>	<u>17.612.103</u>	<u>3.715.190</u>	<u>2.772.968</u>	<u>5.127.502</u>	<u>5.996.443</u>

	31/12/2016					
Consolidado	Valor Contábil Total	Valor Futuro Total	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	582.918	582.918	582.918	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	14.012.779	17.262.517	2.231.491	3.215.466	9.356.691	2.458.869
Compromissos com aquisição de ativos	694.855	806.967	87.239	9.517	190.616	519.595
Derivativos a pagar	471.478	386.459	245.865	130.787	9.807	-
Outras contas a pagar	201.231	201.231	187.088	14.143	-	-
	<u>15.963.261</u>	<u>19.240.092</u>	<u>3.334.601</u>	<u>3.369.913</u>	<u>9.557.114</u>	<u>2.978.464</u>

4.3 Risco de crédito

A Companhia possui políticas comerciais e de crédito, determinadas pela Administração, que tem como objetivo mitigar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes. Isto é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e diversificação das vendas (pulverização do risco), além da obtenção de garantias ou contratação de instrumentos financeiros que reduzam estes riscos, como apólices de seguro de crédito, tanto para exportações como para vendas no mercado interno.

A matriz de avaliação de crédito da Companhia é fundamentada na análise de aspectos qualitativos e quantitativos para atribuição de limites de crédito aos clientes de forma individualizada. Após análise são submetidos à aprovação conforme hierarquia pré-definida, sendo aplicável em alguns casos aprovação da diretoria em reunião e do Comitê de Crédito.

A Companhia provisiona todos os títulos de clientes em aberto vencidos há mais de 90 dias e não renegociados, desde que não existam garantias reais. Também são provisionados os títulos em aberto de clientes que entrarem em recuperação judicial.

A Companhia tem o objetivo de mitigar o risco de crédito mantendo suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras está apresentado a seguir:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	490.701	841.056	1.076.833	1.614.697
Aplicações financeiras	6	1.579.981	2.021.298	1.631.505	2.080.615
Contas a receber de clientes	7	2.579.919	3.078.423	2.303.810	1.622.171
Derivativos a receber		133.910	352.637	133.910	444.180
		4.784.511	6.293.414	5.146.058	5.761.663

As Contrapartes, substancialmente instituições financeiras, as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e derivativos a receber tem a classificação de risco concedida pelas agências avaliadoras *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*. A classificação de risco está apresentada a seguir:

Classificação de risco	Consolidado			
	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		Derivativos a receber	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
AAA	2.168.810	1.559.566	65.510	92.490
AA+	169.881	1.759.006	51.231	73.768
AA	207.925	133.741	3.143	-
AA-	113.623	242.985	14.026	266.650
A+	-	-	-	11.272
A	45.753	2	-	-
A-	2.330	-	-	-
BB	16	12	-	-
	2.708.338	3.695.312	133.910	444.180

A classificação de risco de crédito das operações do contas a receber é classificada de acordo com o nível de inadimplência dos clientes em consonância com a norma do Banco Central do Brasil ("Bacen") – Resolução 2682. A classificação de risco é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Contas a Receber ^(a)		
Baixo Risco	2.268.675	1.571.349
Médio Risco	21.016	21.358
Alto Risco	52.859	66.481
	2.342.550	1.659.188

^(a) Os montantes não consideram o valor de Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD") nos montantes de R\$ 38.740 e R\$ 37.017 em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

4.4 Riscos de mercado

A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercados, sendo os principais as variações de taxas de câmbio, taxas de juros, índices de correção e preço de commodities que podem afetar seus resultados e condições financeiras.

Para mitigar os impactos nos resultados em cenários adversos, a Companhia dispõe de processos para monitoramento das exposições e políticas que suportam a implementação da gestão de riscos.

As políticas estabelecem os limites e instrumentos a serem implementados com o objetivo de: (i) proteção do fluxo de caixa devido ao descasamento de moedas, (ii) mitigação de exposições a taxas de juros, (iii) redução dos impactos da flutuação de preços de commodities, e (iv) troca de indexadores da dívida.

No processo de gestão de riscos de mercado é feita: a identificação, avaliação e implementação da estratégia, com a efetiva contratação dos instrumentos financeiros adequados.

Área independente monitora o cumprimento dos limites estabelecidos na política financeira da Companhia para o volume máximo de operações contratadas.

4.4.1 Risco de taxas de câmbio

A captação de financiamentos e a política de *hedge* cambial da Companhia são norteadas pelo fato de que cerca de 70% da receita líquida é proveniente de exportações com preços negociados em dólares Americanos, enquanto a maior parte dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a Companhia contrate financiamentos de exportação em dólares e concilie os pagamentos dos financiamentos com os fluxos de recebimento das vendas no mercado externo, utilizando o mercado internacional de dívida como parte importante de sua estrutura de capital, e proporcionando um *hedge* natural de caixa para estes compromissos.

Além disso, a Companhia contrata vendas de dólares nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. As vendas nos mercados futuros são limitadas a um percentual do excedente líquido (*net exposure*) de divisas no horizonte

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

de 18 meses e, portanto, estão casadas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

A exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira são demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	585.541	787.888
Contas a receber	1.544.749	957.269
Derivativos a receber	133.910	444.180
	2.264.200	2.189.337
Passivos		
Fornecedores	(36.018)	(24.630)
Empréstimos e financiamentos	(8.616.807)	(9.367.865)
Compromissos com aquisição de ativos	(332.193)	(354.664)
Derivativos a pagar	(126.781)	(397.468)
	(9.111.799)	(10.144.627)
Exposição líquida passiva	(6.847.599)	(7.955.290)

Análise de sensibilidade – exposição cambial

A Companhia utiliza, para fins de análise de risco de mercado, cenários para avaliar conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira, e os efeitos que podem gerar em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente, pois refletem a conversão em Reais na data base do balanço patrimonial.

Os demais cenários foram construídos considerando a depreciação do Real em relação ao Dólar Americano em 25% e 50%.

A seguir são apresentados os eventuais impactos nos resultados na hipótese de ocorrência destes cenários:

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Consolidado	31/12/2017		
	Provável	Possível Alta (Δ 25%)	Remoto Alta (Δ 50%)
Caixa e equivalentes de caixa	585.541	146.385	292.771
Contas a receber	1.544.749	386.187	772.374
Fornecedores	(36.018)	(9.004)	(18.009)
Empréstimos e financiamentos	(8.616.807)	(2.154.202)	(4.308.405)
Compromissos com aquisição de ativos	(332.193)	(83.048)	(166.096)
Derivativos swaps	(18.692)	(243.371)	(486.742)
Derivativos opções	25.821	(320.243)	(964.545)
	<u>(6.847.599)</u>	<u>(2.277.296)</u>	<u>(4.878.652)</u>

4.4.2 Risco de taxas de juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas.

A Companhia, por sua vez, busca constantemente alternativas para a utilização de instrumentos financeiros a fim de evitar impactos negativos em seu fluxo de caixa.

Análise de sensibilidade – exposição a taxas de juros

A Companhia utiliza, para fins de análise de risco de mercado, cenários para avaliar a sensibilidade que as variações das operações impactadas pelas taxas: CDI, TJLP e Libor podem gerar em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente, pois refletem a melhor estimativa da Administração.

Os demais cenários foram construídos considerando valorização de 25% e 50% sobre as taxas de juros de mercado.

A seguir são apresentados os eventuais impactos nos resultados na hipótese de ocorrência destes cenários:

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Consolidado	31/12/2017		
	Provável	Possível Alta (Δ 25%)	Remoto Alta (Δ 50%)
Certificado de depósitos interbancários ("CDI")			
Caixa e equivalentes de caixa	449.254	8.065	16.264
Aplicações financeiras	1.673.541	30.042	60.587
Empréstimos e financiamentos	(2.907.908)	(52.201)	(105.275)
Derivativos <i>swaps</i>	(18.692)	24.198	48.180
Derivativos opções	25.821	(24.908)	(47.526)
	<u>(777.984)</u>	<u>(14.804)</u>	<u>(27.770)</u>
Taxa de juros de longo prazo ("TJLP")			
Empréstimos e financiamentos	(209.954)	(3.674)	(7.348)
	<u>(209.954)</u>	<u>(3.674)</u>	<u>(7.348)</u>
London InterBank Offered Rate ("Libor")			
Empréstimos e financiamentos	(3.701.405)	(16.086)	(32.173)
Derivativos <i>swaps</i>	(1.116)	1.116	1.116
	<u>(3.702.521)</u>	<u>(14.970)</u>	<u>(31.057)</u>

4.4.3 Risco de preços de *commodities*

A Companhia está exposta a preços de *commodities* refletidos principalmente no preço de venda da celulose no mercado externo. A dinâmica de abertura e fechamento de capacidades de produção no mercado global, bem como as condições macroeconômicas podem impactar os resultados operacionais.

Não é possível garantir que o preço se manterá em patamares benéficos para o resultado. A Companhia pode utilizar instrumentos financeiros para mitigar o preço de venda de parte da produção, porém em determinados momentos a contratação de proteção ao preço da celulose pode não estar disponível.

A Companhia também está exposta ao preço internacional do petróleo, refletido nos custos logísticos de comercialização para o mercado externo.

Em 31 de dezembro de 2017 não há posição comprada em *oil bunker* (31 de dezembro de 2016, posição comprada de US\$ 2 milhões) para proteção do custo logístico.

4.5 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia apura o valor justo dos contratos derivativos e reconhece que tais valores podem ser diferentes dos valores realizados em uma eventual liquidação antecipada. A divergência no valor pode ocorrer por condições de liquidez, custo de desmonte, interesse da contraparte na liquidação antecipada, dentre outros aspectos. Os valores reportados pela Companhia estão embasados em cálculo realizado por consultoria externa especializada, revisados pela Administração da Companhia.

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

a) Derivativos em aberto por tipo de contrato

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as posições consolidadas de derivativos em aberto são assim apresentadas:

Consolidado	Valor de referência (nacional) em US\$		Valor justo	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Hedge de fluxo de caixa				
Hedge cambial				
Zero cost collar (R\$ x US\$)	1.485.000	800.000	25.822	123.122
Swap Fixed (US\$) x CDI	50.000	-	5.356	-
Swap CDI x US\$ Fixed	50.000	-	(2.485)	-
NDF (MXN x US\$)	-	331	-	95
Subtotal	1.585.000	800.331	28.693	123.217
Hedge de Commodities				
Bunker (petróleo)	-	1.526	-	2.861
Subtotal	-	1.526	-	2.861
Hedge de dívida				
Hedge cambial				
Swap CDI x Fixed (US\$)	291.725	291.725	(21.562)	709
Swap CDI x Libor (US\$)	-	150.000	-	(157.773)
Swap Fixed (US\$) x CDI	-	29.500	-	(5.668)
Subtotal	291.725	471.225	(21.562)	(162.732)
Hedge de juros				
Swap Libor x Fixed (US\$)	19.841	46.312	(1.117)	(3.627)
Swap Cupom x Fixed (US\$)	-	220.000	-	12.983
Subtotal	19.841	266.312	(1.117)	9.356
Resultado total em derivativos	1.896.566	1.539.394	6.014	(27.298)
Classificação contábil				
No ativo circulante			77.090	367.145
No ativo não circulante			56.820	77.035
No passivo circulante			(23.819)	(250.431)
No passivo não circulante			(104.077)	(221.047)
			6.014	(27.298)

O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2017 são operações de mercado de balcão, sem nenhum tipo de margem de garantia ou cláusula de liquidação antecipada forçada por variações provenientes de marcação a mercado.

A seguir estão descritos cada um dos contratos vigentes e os respectivos riscos protegidos:

- (i) *Swap DI x US\$*: posições em swaps convencionais trocando variação da taxa de Depósitos Interbancários (DI) por taxa pré-fixada em dólares. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais para dólares;
- (ii) *Swap DI x Libor*: posições em swaps convencionais trocando variação da taxa de Depósitos Interbancários (DI) por taxa pós-fixada em dólares. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais para dólares;
- (iii) *Swap US\$ x DI*: posições em swaps convencionais trocando variação de taxa pré-fixada em dólares por taxa dos Depósitos Interbancários ("DI"). O objetivo é reverter dívidas em dólares para Reais;
- (iv) *Swap Libor x Fixed*: posições em swaps convencionais trocando taxa pós-fixada por taxa pré-fixada em dólares. O objetivo é proteger o fluxo de caixa de variações na taxa de juros norte-americana;
- (v) *Swap Cupom x US\$*: posições em swaps de cupom de dólares para taxa em dólares pré-fixada offshore com o objetivo de reduzir o custo de endividamento;
- (vi) *Zero-Cost Collar*: posições em instrumento que consiste na combinação simultânea de compra de opções de venda e venda de opções de compra de dólares, com mesmo valor de principal e vencimento, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações. Nesta estratégia é estabelecido um intervalo onde não há depósito ou recebimento de margem financeira sobre os ajustes de posição;
- (vii) *NDF US\$ x MXN\$*: posições compradas em dólares e vendida em Peso-Mexicano, com o objetivo de proteção de vendas de produtos no mercado mexicano;
- (viii) *Bunker (petróleo)*: posições compradas em *oil bunker* de petróleo, com o objetivo de proteger custos logísticos ligados a contratação de frete marítimo.

b) Valor justo por cronograma de vencimentos

O cronograma de vencimentos dos derivativos está demonstrado a seguir:

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Vencimentos de derivativos	Valor justo	
	31/12/2017	31/12/2016
Em 2017	-	113.957
Em 2018	53.270	(40.936)
Em 2019	(16.064)	(49.690)
Em 2020	(31.192)	(50.629)
	6.014	(27.298)

c) Posição ativa e passiva dos derivativos em aberto

Em 31 de dezembro 2017 e 2016 as posições consolidadas de derivativos em aberto são apresentadas a seguir:

		Valor de referência (nacional)		Valor justo	
Consolidado	Moeda	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Hedge de dívida					
Ativo					
Swap CDI x Fixed (US\$)	R\$	950.000	950.000	22.525	73.590
Swap CDI x Libor (US\$)	R\$	-	331.335	-	347.900
Swap Fixed (US\$) x CDI	US\$	-	29.500	-	95.447
Swap Libor x Fixed (US\$)	US\$	19.841	46.312	65.517	149.210
Swap Cupom x Fixed (US\$)	US\$	-	220.000	-	88.682
Subtotal				88.042	754.829
Passivo					
Swap CDI x Fixed (US\$)	US\$	291.725	291.725	(44.087)	(72.881)
Swap CDI x Libor (US\$)	US\$	-	150.000	-	(505.673)
Swap Fixed (US\$) x CDI	R\$	-	100.374	-	(101.115)
Swap Libor x Fixed (US\$)	US\$	19.841	46.312	(66.634)	(152.837)
Swap Cupom x Fixed (US\$)	US\$	-	220.000	-	(75.699)
Subtotal				(110.721)	(908.205)
Total de contratos de swap				(22.679)	(153.376)
Hedge de fluxo de caixa					
Zero cost collar (US\$ x R\$)	US\$	1.485.000	800.000	25.822	123.122
Swap Fixed (US\$) x CDI	US\$	50.000	-	5.356	-
Swap CDI x Fixed (US\$)	US\$	50.000	-	(2.485)	-
NDF (MXN x US\$)	US\$	-	331	-	95
Subtotal				28.693	123.217
Hedge de commodities					
Bunker (petróleo)	US\$	-	1.526	-	2.861
Subtotal				-	2.861
Resultado total em derivativos				6.014	(27.298)

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

d) Derivativos liquidados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as posições consolidadas de derivativos liquidadas são apresentadas a seguir:

Consolidado	Valores de liquidação	
	31/12/2017	31/12/2016
Hedge de fluxo de caixa		
Hedge cambial		
<i>Zero cost collar</i> (R\$ x US\$)	28.159	10.805
NDF (R\$ x US\$)	11.110	(151.199)
NDF (MXN x US\$)	39	(52)
NDF (ARS x US\$)	-	17.069
Trava de câmbio (US\$ x R\$)	-	34.118
Subtotal	39.308	(89.259)
Hedge de Commodities		
Celulose	-	(475)
<i>Bunker</i> (petróleo)	2.631	902
Subtotal	2.631	427
Hedge de dívida		
Hedge cambial		
<i>Swap</i> CDI x <i>Fixed</i> (US\$)	78.411	24.726
<i>Swap</i> <i>Fixed</i> (US\$) x CDI	(8.809)	(69.039)
<i>Swap</i> CDI x <i>Libor</i> (US\$)	(162.769)	28.792
Subtotal	(93.167)	(15.521)
Hedge de juros		
<i>Swap</i> <i>Libor</i> x <i>Fixed</i> (US\$)	(2.588)	(6.026)
<i>Swap</i> <i>Cupom</i> x <i>Fixed</i> (US\$)	15.824	14.774
Subtotal	13.236	8.748
Resultado total de derivativos ^(a)	(37.992)	(95.605)

^(a) Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o recebimento de prêmio de derivativos nos montantes de R\$ 77.687 e de R\$ 212.868, respectivamente, de posições vendidas de opções não vencidas e portanto não apresentada no quadro acima.

4.6 Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte, além de mitigar riscos que possam impactar a disponibilidade de capital aplicado no desenvolvimento dos negócios.

A Companhia monitora, de forma constante, indicadores relevantes como: i) índice de alavancagem financeira consolidado, expresso pela razão de dívida total líquida pelo Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (“EBITDA”) ajustado; ii) gestão de *covenants* financeiros contratuais, mantendo margem de segurança para que não sejam excedidos. A Administração prioriza captações na mesma moeda de sua principal fonte de geração de caixa, buscando dessa forma um *hedge* natural no longo prazo para seu fluxo de caixa. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	5.441.048	8.150.116	12.191.856	14.012.779
(-) Caixa e aplicações financeiras	(2.070.682)	(2.862.354)	(2.708.338)	(3.695.312)
Dívida líquida	3.370.366	5.287.762	9.483.518	10.317.467
Patrimônio líquido	11.621.554	10.143.494	11.621.554	10.143.494
Patrimônio líquido e dívida líquida	14.991.920	15.431.256	21.105.072	20.460.961

4.7 Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros e outros itens das demonstrações financeiras que foram avaliados pelo valor justo estão apresentados de acordo com os níveis definidos a seguir:

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 – *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado dos preços); e
- Nível 3 – *Inputs* para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

31/12/2017				
Consolidado	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Aplicações financeiras	1.631.505	-	1.631.505	-
Derivativos a receber	133.910	-	133.910	-
Ativo biológico ^(a)	4.548.897	-	-	4.548.897
	<u>6.314.312</u>	<u>-</u>	<u>1.765.415</u>	<u>4.548.897</u>
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	13.755.352	-	13.755.352	-
Compromissos com aquisição de ativos	564.292	-	564.292	-
Derivativos a pagar	127.896	-	127.896	-
	<u>14.447.540</u>	<u>-</u>	<u>14.447.540</u>	<u>-</u>
31/12/2016				
Consolidado	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Aplicações financeiras	2.080.615	-	2.080.615	-
Derivativos a receber	444.180	-	444.180	-
Ativo biológico ^(a)	4.072.528	-	-	4.072.528
	<u>6.597.323</u>	<u>-</u>	<u>2.524.795</u>	<u>4.072.528</u>
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	14.334.732	-	14.334.732	-
Compromissos com aquisição de ativos	700.754	-	700.754	-
Derivativos a pagar	471.478	-	471.478	-
	<u>15.506.964</u>	<u>-</u>	<u>15.506.964</u>	<u>-</u>

^(a) A movimentação do valor justo dos ativos biológicos e demais detalhamento das premissas aplicadas na mensuração do seu valor estão demonstrados na Nota explicativa 13.

4.8 Garantias

A Companhia possui como garantia cartas de crédito e apólices de seguro de crédito.

Em 31 de dezembro de 2017 as operações de contas a receber consolidado vinculados a exportações somam o montante de US\$ 429 milhões que corresponde nessa data a R\$ 1.421.446 (31 de dezembro, US\$ 274 milhões que correspondia a R\$ 893.435).

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos				
No Brasil	18.533	4.758	19.124	5.308
No Exterior	-	15.623	583.604	787.888
	18.533	20.381	602.728	793.196
Aplicações financeiras				
No Brasil	472.168	820.675	472.168	821.501
No Exterior	-	-	1.937	-
	472.168	820.675	474.105	821.501
	490.701	841.056	1.076.833	1.614.697

As aplicações financeiras em moeda nacional são de baixo risco e liquidez imediata, e correspondem a aplicações indexadas pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as taxas de remuneração variavam entre 94% e 110% do CDI.

6 Aplicações Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado mantidos para negociação				
Fundos de investimento ^(a)	1.542.068	1.453.265	1.593.066	1.512.582
Certificado de Depósitos Bancários ("CDB") ^(b)	37.913	568.033	38.439	568.033
	1.579.981	2.021.298	1.631.505	2.080.615

^(a) Os fundos de investimento alocam os recursos em instrumentos de renda fixa, diversificados entre títulos de instituições privadas e títulos públicos, e são remunerados um percentual de CDI que variam entre 74,4% e 105,1%. As carteiras de investimento são frequentemente monitoradas pela Companhia afim de verificar a aderência à política de investimentos, que visa baixo risco e alta liquidez dos títulos. A classificação do risco desses ativos está apresentada na Nota explicativa 4.3.

^(b) Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") foram remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") de 102,48%. (31 de dezembro de 2017, 101,99%).

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

7 Contas a Receber de Clientes

7.1 Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Cientes no país				
Terceiros	739.858	667.451	741.558	667.450
Fundo de investimentos em direitos creditórios ("FIDC")	25.825	-	25.825	-
Empresas controladas ^(a)	-	339	-	-
Partes relacionadas ^(a)	28.652	32.759	28.652	32.759
Cientes no exterior				
Terceiros	45.572	35.116	1.546.515	958.979
Empresas controladas ^(a)	1.775.848	2.378.067	-	-
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD")	(35.836)	(35.309)	(38.740)	(37.017)
	<u>2.579.919</u>	<u>3.078.423</u>	<u>2.303.810</u>	<u>1.622.171</u>

^(a) Vide Nota explicativa 11.

7.2 Títulos vencidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Valores vencidos:				
Vencidos até 30 dias	38.270	36.105	67.239	69.778
Vencidos entre 31 e 60 dias	9.418	10.310	16.066	12.822
Vencidos entre 61 e 90 dias	3.825	6.296	3.949	6.535
Vencidos entre 91 e 120 dias	2.949	3.444	2.831	6.966
Vencidos entre 121 e 180 dias	9.959	4.355	9.423	3.514
Acima de 180 dias	36.402	55.822	39.905	56.959
	<u>100.823</u>	<u>116.332</u>	<u>139.413</u>	<u>156.574</u>
% Total de recebíveis vencidos sem PECLD	4%	4%	6%	9%

7.3 Movimentação da PECLD

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldos iniciais	(35.309)	(44.587)	(37.017)	(45.024)
Créditos provisionados no exercício	(43.247)	(9.674)	(45.986)	(11.078)
Créditos recuperados no exercício	5.994	1.573	6.089	1.573
Créditos baixados definitivamente da posição	36.726	17.379	36.726	17.379
Variação cambial	-	-	1.448	133
Saldos finais	<u>(35.836)</u>	<u>(35.309)</u>	<u>(38.740)</u>	<u>(37.017)</u>

A Companhia em suas operações comerciais mantém garantias para os títulos vencidos, por meio de apólices de seguro de crédito, cartas de crédito e garantias reais. Parte dessas se equivalem a necessidade de constituição de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, conforme política de crédito (Nota explicativa 4.3).

7.4 Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”)

Em março de 2017, foram iniciadas as operações do FIDC, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios originados nas vendas a prazo realizadas pela Suzano, de modo a garantir uma maior disponibilidade de crédito aos clientes do mercado interno. O fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado e seu funcionamento é regido pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 2907/2001 e pelas instruções CVM nº 356/01 e 531/13.

O FIDC será constituído por 100.000 quotas no montante de R\$ 100.000, sendo 97.000 quotas seniores de titularidade do Banco Rabobank (Coordenador Líder do Fundo) no montante de R\$ 97.000, e 3.000 quotas subordinadas, de titularidade da Suzano no montante de R\$ 3.000. O fundo tem prazo estimado de 2 anos, podendo ser renovado.

Em 31 de dezembro de 2017 o patrimônio do FIDC é constituído de 29.395 quotas, das quais 26.395 são quotas seniores e 3.000 quotas subordinadas, no montante de R\$ 28.575 e R\$ 3.000, respectivamente. A participação da Suzano no fundo é apresentada na rubrica de aplicações financeiras. O saldo em aberto das operações de cessão de direitos creditórios realizados pela Suzano ao FIDC, somam o montante de R\$ 25.825 e estão registrados em clientes a receber e R\$ 24.665 em empréstimos e financiamentos, líquido de custo de transação.

Em 31 de dezembro de 2017 o montante registrado como despesa financeira, referente a taxa de desconto aplicada é de R\$ 1.733.

A Suzano atua como agente de cobrança em caso de inadimplência dos direitos creditórios, mantendo o gerenciamento contínuo da carteira após sua transferência para o fundo.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Produtos acabados				
Celulose				
No Brasil	81.829	82.532	81.829	82.532
No exterior	-	-	198.380	263.681
Papel				
No Brasil	196.944	210.326	196.944	210.326
No exterior	-	-	67.146	69.043
Bens de Consumo				
No Brasil	6.376	-	6.376	-
Produtos em elaboração	63.797	57.708	63.797	57.708
Matérias-primas	388.383	427.783	388.383	427.783
Materiais de almoxarifado e outros	153.994	161.946	170.020	173.855
Adiantamento a fornecedores	35.035	27.939	35.086	28.215
	926.358	968.234	1.207.961	1.313.143

Em 31 de dezembro de 2017, os estoques estão líquidos do saldo das perdas estimadas nos montantes de R\$ 51.911 (31 de dezembro de 2016, o montante de R\$ 28.206). As adições e reversões das perdas estimadas e baixas diretas são reconhecidas no resultado na rubrica de custos com produtos vendidos e no exercício findo em 31 de

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

dezembro de 2017 e de 2016, correspondem aos montantes de R\$ 24.384 e R\$ 9.564, respectivamente.

Não foram disponibilizados itens dos estoques para penhor ou garantia a passivos para os exercícios apresentados.

9 Tributos a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IRPJ e CSLL - antecipações e impostos retidos	50.239	269.448	58.823	282.073
PIS/COFINS - sobre aquisição de imobilizado ^(a)	58.767	62.232	58.767	62.232
PIS/COFINS - demais operações	54.360	22.584	55.515	23.761
ICMS - sobre aquisição de imobilizado ^(b)	71.603	68.393	71.603	68.393
ICMS - demais operações ^(c)	250.006	284.326	280.384	301.578
Programa Reintegra ^(d)	71.376	32.514	71.376	32.514
Outros impostos e contribuições	1.934	12.402	4.298	16.144
Provisão para perdas de créditos de ICMS ^(e)	(10.583)	(11.401)	(10.583)	(11.401)
	547.702	740.498	590.183	775.294
Total do ativo circulante	263.945	390.962	306.426	425.758
Total do ativo não circulante	283.757	349.536	283.757	349.536

(a) Créditos com realização vinculada ao prazo de depreciação do ativo correspondente.

(b) Créditos decorrente de entrada de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado, a apropriação é realizada na proporção de 1/48 a partir da entrada e mensalmente conforme escrituração do Controle de ICMS de Ativo Imobilizado – CIAP.

(c) Crédito acumulado de ICMS devido ao volume de exportações e crédito gerado nas operações de entrada dos produtos. Os créditos estão concentrados nos Estados da Bahia e Maranhão, onde a Companhia realiza os créditos por meio da operação de “Transferência de Crédito Acumulado” (venda de crédito a terceiros), após homologação e liberação da Secretaria da Fazenda. Os créditos também estão sendo realizados através do consumo em suas operações de bens e consumo (*tissue*) no mercado interno já iniciadas nos Estados da Bahia e Maranhão.

(d) Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as empresas exportadoras (“Reintegra”).

(e) Provisão para perdas de ICMS relacionado ao deságio obtido nas vendas a terceiros de crédito acumulado mencionado no item “c”.

10 Adiantamento a Fornecedores

10.1 Programa de fomento

O Programa de fomento consiste em um sistema de parceria incentivada à produção florestal regional, onde produtores independentes plantam eucalipto em suas próprias terras para o fornecimento de produto agrícola (madeira) à Suzano. O objetivo é atuar de forma a desenvolver socialmente e economicamente as regiões onde a Companhia atua.

A Suzano fornece mudas de eucalipto, subsídio em insumos, além de adiantamento em espécie, não estando estes últimos sujeitos a avaliação pelo valor presente uma vez que serão liquidados, preferencialmente, em mercadorias. Adicionalmente, a

Companhia apoia os produtores através de assessoria técnica em manejo florestal, porém não tem controle conjunto nas decisões efetivamente implementadas.

Ao final dos ciclos de produção a Companhia tem assegurado com os participantes contratualmente uma oferta de compra dos produtos agrícolas (madeira) por valores em bases de mercado, dos quais são abatidos os valores subsidiados anteriormente no momento da transação, entretanto, não impede que os produtores negociem a produção com outros participantes de mercado, desde que os valores incentivados sejam quitados.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o saldo dos adiantamentos de recursos financeiros e de insumos para fomentados totaliza os montantes de R\$ 237.466 e R\$ 232.992, respectivamente, classificados no balanço de acordo com a expectativa de realização, entre circulante e não circulante.

10.2 Adiantamento para compra de produto acabado

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui operações de adiantamento para compra de produto acabado através de sua controlada Suzano Trading no montante de US\$ 10 milhões (equivalente a R\$ 33.324), (31 de dezembro de 2016, o montante de R\$ 476.611).

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

11 Partes Relacionadas

11.1 Saldos patrimoniais e transações em 31 de dezembro de 2017

Rubrica do balanço	ATIVO			PASSIVO			RESULTADO	
	Circulante			Circulante			Receitas	Despesas
	Clientes empresas controladas	Clientes partes relacionadas	Créditos a receber de partes relacionadas	Fornecedores	Débitos com partes relacionadas	Financiamentos e empréstimos		
Com empresas controladas								
Suzano Trading	1.732.080 (a)	-	-	-	661.643 (a)	-	5.494.909 (b)	(180.876)
Suzano Europa	49	-	-	-	-	-	49	(237)
Suzano Austria	-	-	-	-	90.946 (a)	-	-	(357.308)
Paineiras	-	-	-	-	-	-	-	(5.611)
Paineiras Logística	-	-	2.369	-	2.749	-	-	(245.884)
Stenfar	43.719 (b)	-	-	-	1.001	-	92.936 (b)	(3.441)
Ordurman	-	-	-	-	-	-	-	(15.986)
Amulya	-	-	-	-	-	-	-	(6.745)
Futuregene	-	20	-	-	-	-	446	(94)
Sun Paper	-	-	-	-	4.027	-	-	(227)
	1.775.848	20	2.369	-	760.366	-	5.588.340	(816.409)
Com partes relacionadas								
Holding	-	-	-	-	-	141	374	(14.177)
IPLF	-	-	-	-	-	-	28	-
Central	-	-	-	-	-	-	(4.056)	-
Nemonorte	-	-	-	-	-	-	-	(1.233)
Mabex	-	-	-	-	-	-	-	(294)
Bexma	-	-	-	-	-	-	13	-
Lazam - MDS	-	-	-	-	-	-	-	(378)
Ecoluturo	-	4	-	45	-	-	5	(3.789)
Ibema	-	28.628 (b)	-	6.954	-	-	83.706 (b)	-
	-	28.632	-	6.999	-	141	80.070	(19.871)
	1.775.848	28.652	2.369	6.999	760.366	141	5.668.410	(836.280)

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

11.2 Saldos patrimoniais e transações em 31 de dezembro de 2016

Rubrica do balanço	ATIVO		PASSIVO		RESULTADO	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receitas	Despesas
	Cientes empresas controladas	Cientes partes relacionadas	Créditos com outras partes relacionadas	Débitos com partes relacionadas		
Com empresas controladas						
Suzano Trading	2.363.438 (b)	-	-	60.122	5.585.128 (a)	(981.456) (b)
Suzano Europa	232	-	-	-	237	-
Suzano Austria	2.417	-	-	44.381	-	(48.411) (a)
Paineiras	115	-	-	835	-	(4.545)
Paineiras Logística	-	-	-	7.018	-	(252.979)
Stenfar	12.204 (b)	-	-	1.572	65.065 (b)	(1.391)
Ondurman	-	-	-	-	-	(15.146)
Amulya	-	-	-	-	-	(10.307)
Futuragene	-	259	-	-	265	-
	2.378.406	259	-	113.928	5.650.695	(1.314.235)
Com partes relacionadas						
Holding	-	1.000	-	31	776	(19.752)
IPLF	-	11	-	-	22	-
Central	-	9.036 (b)	-	-	47.273 (b)	-
Nemonorte	-	-	-	-	-	(287)
Mabex	-	-	-	-	-	(171)
Lazam - MDS	-	-	-	-	-	(343)
Bexma	-	12	-	-	13	-
Ecofuturo	-	-	-	400	-	(4.499)
Ibema	-	22.441 (b)	13.000	7.591	94.381 (b)	(22.502)
	-	32.500	13.000	8.022	142.465	(47.554)
	2.378.406	32.759	13.000	121.950	5.793.160	(1.361.789)

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- (a) Captações de financiamentos através de controladas (Nota explicativa 19 (d));
- (b) Operações comerciais de venda de papel e celulose.

Partes Relacionadas

Bexma Comercial Ltda. ("Bexma")
 Central Distribuidora de Papéis Ltda. ("Central")
 Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável ("Ecofuturo")
 IPLF Holding S.A. ("IPLF")
 Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros S.A. ("Lazam-MDS")
 Mabex Representações e Participações Ltda. ("Mabex")
 Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. ("Nemonorte")
 Suzano Holding S.A. ("Holding")

Natureza da operação

Gastos administrativos
 Venda de papel
 Serviços sociais
 Compartilhamento de custos e despesas corporativas
 Consultoria e assessoria em seguros
 Serviços de aeronave
 Consultoria imobiliária
 Concessão de fianças e gastos administrativos

11.3 Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria e determinados executivos, reconhecidas no resultado do exercício.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Benefícios de Curto Prazo		
Salário ou Pró-Labore	24.774	20.593
Benefícios Direto ou Indireto	2.959	1.997
Bônus	26.819	20.181
	54.552	42.771
Benefícios de Longo Prazo		
Plano de Remuneração baseado em Ações	33.554	29.323
	33.554	29.323
	88.106	72.094

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social - INSS parte empresa) e remunerações variáveis como participação nos lucros, bônus e benefícios (veículo, assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação, seguro de vida e previdência privada).

Os benefícios de longo prazo incluem o plano de opções de compra de ações e ações fantasma, destinados aos executivos e membros-chave da Administração, conforme regulamentos específicos (Nota explicativa 23).

12 Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinado em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional.

Os saldos do imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo fiscal	572.356	690.186	575.248	694.810
Base negativa da contribuição social	29.830	81.199	29.830	81.199
Provisão para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas	103.631	78.610	103.631	78.610
Provisões operacionais e para perdas diversas	203.831	180.733	203.831	180.733
Provisão para não recuperação de ágio	-	158.921	-	158.921
Variação cambial - Tributação pelo regime de caixa ^(a)	82.793	-	82.793	-
Ativos biológicos - valor justo	-	18.895	-	18.895
Perdas com derivativos	29.943	156.804	29.943	156.804
Demais diferenças temporárias	109.789	94.380	109.503	94.380
Ativo não circulante	1.132.173	1.459.728	1.134.779	1.464.352
Ágio – Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	10.063	162.671	10.063	162.671
Imobilizado - Ajuste de custo atribuído	1.525.281	1.530.027	1.603.987	1.608.733
Ativos biológicos - Valor justo	90.461	-	90.461	-
Depreciação Acelerada Incentivada	1.183.115	1.100.239	1.183.115	1.100.239
Ganhos com derivativos	31.988	143.459	31.988	143.459
Demais diferenças temporárias	2.519	3.722	2.519	3.722
Passivo não circulante	2.843.427	2.940.118	2.922.133	3.018.824
Total líquido ativo não circulante	-	-	2.606	4.624
Total líquido passivo não circulante	1.711.254	1.480.390	1.789.960	1.559.096

(a) A Companhia adotou a partir de 01 de janeiro de 2017 a variação cambial pelo regime de caixa para tributação do IRPJ e da CSLL.

Exceto pelos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e a depreciação acelerada incentivada, que é alcançada somente pelo IRPJ, as demais bases tributáveis foram alcançadas por ambos impostos.

A composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social estão abaixo demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo fiscal	2.289.425	2.760.745	2.300.993	2.779.241
Base negativa da contribuição social	331.445	902.216	331.445	902.216

A projeção de realização dos impostos diferidos, foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração e nas projeções de resultados aprovados pelos órgãos de governança corporativa da Companhia. Todavia, por envolverem diversas premissas que não estão sobre o controle da Companhia, como índices de inflação, volatilidade do câmbio, preços praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir materialmente daqueles considerados na preparação desta projeção.

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Ano	Consolidado
Em 2018	415.446
Em 2019	239.565
Em 2020	183.830
Em 2021	121.923
Em 2022	106.962
2023 a 2027	67.053
	1.134.779

12.1 Reconciliação dos efeitos do imposto de renda e contribuição social no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.225.659	2.444.916	2.239.065	2.418.193
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	(756.724)	(831.271)	(761.282)	(822.186)
Efeito Tributário Sobre Diferenças Permanentes:				
Tributação de lucros de controladas no exterior	(104.918)	(7.880)	(104.918)	(7.880)
Efeito fiscal sobre os ajustes da Lei 11.941/09 e IFRS	-	4.749	-	-
Incentivo fiscal - Redução SUDENE ^(a)	196.604	124.085	196.604	124.085
Resultado de Equivalência Patrimonial	167.508	56.928	1.996	2.422
Diferença de Tributação - Empresas Controladas ^(b)	-	-	151.504	20.327
Crédito Reintegra	39.180	1.812	39.180	1.812
Juros Sobre Capital Próprio	67.944	-	67.944	-
Tributação em transações com controladas	(11.789)	(20.135)	(11.789)	(20.135)
Outros	(16.031)	(81.206)	(10.871)	(24.640)
	(418.226)	(752.918)	(431.632)	(726.195)
Imposto de renda				
Corrente	(68.919)	(180)	(80.607)	(16.502)
Diferido	(184.066)	(520.046)	(184.066)	(486.426)
	(252.985)	(520.226)	(264.673)	(502.928)
Contribuição social				
Corrente	(119.862)	(170.476)	(121.580)	(172.315)
Diferido	(45.379)	(62.216)	(45.379)	(50.952)
	(165.241)	(232.692)	(166.959)	(223.267)
Despesa de imposto de renda e contribuição social nos períodos	(418.226)	(752.918)	(431.632)	(726.195)
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL	18,8%	30,8%	19,3%	30,0%

(a) Utilização do benefício de redução de 75% calculado com base no Lucro da Exploração das unidades de Mucuri (BA) e de Imperatriz (MA).

(b) Refere, substancialmente, a diferença entre a alíquota nominal da Companhia e das suas controladas no Brasil e no exterior.

12.2 Incentivos fiscais

A Suzano, possui incentivos fiscais de redução parcial do imposto de renda e Depreciação Acelerada Incentivada ("DAI") produzidos pelas operações conduzidas em áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") nas regiões de Mucuri (BA) e Imperatriz (MA). O Incentivo de redução do IRPJ é calculado com base no lucro da atividade (lucro da exploração), e leva em conta a alocação do lucro operacional pelos níveis de produção incentivada durante os períodos definidos como beneficiados para cada produto, que no geral são por 10 anos. O Incentivo das Linhas 1 e 2 de Mucuri (BA) expiram respectivamente em 2024 e 2018.

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

O Benefício da DAI é aplicável para as aquisições dos bens do ativo imobilizado a partir do ano-calendário de 2006 até 31 de dezembro de 2018, e consiste na depreciação integral do bem, no próprio ano da aquisição ou até o 4º ano subsequente à aquisição, para unidade do Maranhão, que poderá ser deduzida da base de cálculo do IRPJ.

Na unidade de Mucuri (BA), a depreciação integral dos bens do ativo imobilizado adquiridos para a Linha 2 ocorreu no início das atividades operacionais da Linha. Para os demais ativos imobilizados dessa unidade, e de Imperatriz (MA), o incentivo fiscal tem validade para as aquisições realizadas até 31 de dezembro de 2018.

13 Ativos Biológicos

A seguir a movimentação dos saldos no exercício findo:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.234.664	4.130.508
Adições ^(a)	1.448.397	1.426.699
Exaustão no exercício	(565.331)	(565.331)
Perda na atualização do valor justo ^(b)	(780.666)	(780.666)
Alienações de florestas	(24.341)	(24.341)
Outras baixas ^(c)	(114.341)	(114.341)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.198.382	4.072.528
Adições ^(a)	934.992	912.368
Exaustão no exercício	(551.135)	(551.135)
Ganho na atualização do valor justo ^(b)	192.504	192.504
Alienações de florestas	(28.030)	(28.030)
Outras baixas ^(c)	(46.369)	(49.338)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.700.344	4.548.897

(a) Refere-se a formação e a aquisição de florestas. Em 2016, houve a aquisição das florestas da Queiroz Galvão que representaram cerca de R\$ 507 milhões. No consolidado foram eliminados os custos com arrendamento de terras incorridos com controladas no montante de R\$ 22.624 (31 de dezembro de 2016, o montante de R\$ 21.789);

(b) A perda apurada em 2016 é composta, principalmente, pela redução do IMA nas regiões da Bahia e Pará, redução do preço bruto médio da madeira no mercado de São Paulo, demais efeitos econômicos e do giro operacional das florestas. O ganho apurado em 2017 é devido, principalmente, ao preço bruto da madeira nas regiões do Maranhão e no Pará, e à manutenção das demais premissas;

(c) Representam as baixas operacionais de florestas durante o período de formação florestal.

Os ativos biológicos da Companhia são compostos substancialmente de florestas de eucalipto de reflorestamento utilizadas para o abastecimento de madeira das fábricas de celulose e papel e estão localizadas nos Estados de São Paulo, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pará e Tocantins. Áreas de preservação permanente e reserva legal não foram incluídas no cálculo do valor justo devido sua natureza.

O valor justo das florestas de eucalipto é determinado semestralmente através do método da renda ("Income Approach") utilizando o modelo Fluxo de Caixa Descontado.

As premissas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos foram:

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- i) Ciclo médio de formação florestal de 7 anos;
- ii) As florestas são valorizadas ao seu valor justo a partir do ano de plantio;
- iii) O Incremento Médio Anual – IMA que consiste no volume estimado de madeira com casca em m³ por hectares, apurado com base no material genético aplicado em cada região, tratos silviculturais e de manejo florestal, potencial produtivo, fatores climáticos e de condições do solo;
- iv) O custo-padrão médio por hectare estimado contempla gastos com silvicultura e manejo florestal aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico das florestas, acrescidos do custo dos contratos de arrendamento de terras e do custo de oportunidade das terras próprias;
- v) Os preços brutos médios de venda do eucalipto, foram baseados em pesquisas especializadas em transações realizadas pela Companhia com terceiros independentes, e/ou ponderado pelo custo de formação acrescidos do custo de capital mais margem estimada para regiões onde não há referência de mercado disponível;
- vi) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa é calculada com base em estrutura de capital e demais premissas econômicas para um participante de mercado independente de comercialização de madeira em pé (florestas).

O modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro com base nas alíquotas vigentes.

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos:

Premissas Aplicadas	31/12/2017	31/12/2016
Área útil plantada (hectare)	470.338	450.474
Ativos Maduros	106.008	84.084
Ativos Imaturos	364.330	366.390
Incremento médio anual (IMA) - m ³ /hectare/ano	33,06	33,80
Preço bruto médio de venda do eucalipto - R\$/m ³	69,19	53,45
Custo de utilização de ativos próprios que contribuem - %	4,44%	5,00%
Taxa de desconto - %	9,11%	10,54%

A Companhia administra os riscos financeiros relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Para redução dos riscos decorrentes de fatores edafoclimáticos, é realizado monitoramento através de estações meteorológicas e, nos casos de ocorrência de pragas e doenças, o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Florestal, uma área especializada em fisiologia e fitossanidade da Companhia, adota procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas.

Análise de sensibilidade

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3 da hierarquia estabelecida no CPC 46 (equivalente ao IFRS 13) – Mensurações do Valor Justo, por conta da complexidade e estrutura do cálculo.

As principais premissas, IMA e Preço Médio, destacam-se como sendo as de maior sensibilidade onde aumentos nessas premissas geram ganhos relevantes e reduções nas premissas provocam impactos negativos relevantes na mensuração do valor justo.

14 Investimentos

	Anulya	Ondurman	Paineiras	Paineiras Logística	Stenfar	Sun Paper	Suzano America	Suzano Austria	Suzano Europa	Suzano Trading	Controladas em conjunto		
											Asapir (e)	Ibema	Total
Investimento em 31 de dezembro de 2015	12.557	(57.427)	255.559	4.440	20.717	6.214	(54.180)	63	(148.429)	(44.923)	1.293	-	(4.116)
Resultado de equivalência patrimonial	(27.730)	(9.288)	(81.698)	(6.502)	10.049	244	42.374	(2.147)	162.293	86.219	749	(7.127)	167.436
Varição cambial em investidas	-	-	(1.209)	-	(10.894)	(1.923)	(7.748)	(3)	(12.448)	(11.494)	-	-	(45.720)
Aumento de capital	-	-	-	4.000	-	-	-	-	-	-	-	-	4.000
Aquisição de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.000	8.000
Redução de capital	-	-	(47)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(47)
Provisão para perda em 31 de dezembro de 2016	(15.173)	(66.715)	-	-	-	-	(19.554)	(2.087)	-	-	-	-	(103.529)
Investimento em 31 de dezembro de 2016	-	-	172.605	1.938	19.872	4.535	-	-	1.416	29.802	2.042	873	233.083
Resultado de equivalência patrimonial	9.279	(7.921)	(14.495)	(1.504)	(426)	(382)	(7.282)	3.332	(6.305)	512.558	(55)	5.872	492.671
Varição cambial em investidas	-	-	(437)	-	(3.935)	469	748	153	3.756	37.123	129	-	38.006
Aquisição de ações (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	21
Aumento de capital	43.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43.000
Incorporação da controlada	(37.106)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.106)
Provisão para perda em 31 de dezembro de 2017 (b)	-	(74.636)	-	-	-	-	(26.088)	-	(1.133)	-	-	-	(101.857)
Investimento em 31 de dezembro de 2017 (b)	-	-	157.673	434	15.511	4.622	-	1.398	-	579.483	2.116	6.766	768.003

(a) Vide Nota explicativa 1.1 b) iv).

- (b) Inclui lucros não realizados de transações entre empresas e provisão para perda de investimentos.
- (c) Controle compartilhado com consolidação de 50%.

As informações financeiras das controladas e controladas em conjunto estão demonstradas a seguir:

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Anulya	Ondurman	Paineiras	Paineiras Logística	Stenfar	Sun Paper	Suzano America	Suzano Áustria	Suzano Europa	Suzano Trading	Controladas			Controladas indiretas			Controladas em conjunto	
Participação societária (%)	-	100%	100%	100%	90%	100%	100%	100%	100%	100%								
Ativo total	-	90.302	273.630	12.198	93.632	5.026	383.546	4.100.345	2.849.785	5.008.020	93.632	33.473	12.856	334.827				
Passivo total	-	49.331	79.450	11.763	66.960	402	338.383	4.098.948	2.778.875	4.428.393	66.960	38.311	8.616	334.009				
Patrimônio líquido ajustado ^(a)	9.279	(74.636)	157.673	434	18.177	4.622	(26.088)	1.398	(1.133)	579.483	18.177	(4.838)	4.232	818				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	9.279	9.694	(9.487)	(1.504)	2.004	(382)	3.342	3.332	8.135	512.673	2.004	(59.538)	(110)	9.790				

(a) O patrimônio líquido ajustado considera a eliminação de lucros não realizados.

15 Imobilizado

						Controladora
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Outros ativos	Terrenos e fazendas	Obras em andamento	Total do ativo imobilizado
Taxa média anual de depreciação	3,45%	5,25%	17,52%	-	-	-
Custo						
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.624.312	15.057.270	273.510	3.819.315	216.506	21.990.913
Transferências	59.153	278.749	17.609	229.269	(584.780)	-
Transferências entre outros ativos	(b) -	32.593	-	-	(27.577)	5.016
Adições	-	87.392	11.099	-	783.074	881.565
Baixas	(a) (1.774)	(120.191)	(12.787)	(4.159)	-	(138.911)
Provisão para perdas ("impairment")	-	-	-	(36.080)	-	(36.080)
Capitalização de juros	-	-	-	-	3.448	3.448
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.681.691	15.335.813	289.431	4.008.345	390.671	22.705.951
Transferências	141.161	485.182	3.297	3.920	(633.560)	-
Transferências entre outros ativos	(b) (4.500)	4.434	(7.035)	-	(8.705)	(15.806)
Adições	4.500	104.402	5.895	1.739	731.740	848.276
Baixas	(a) (9.463)	(95.277)	(13.520)	(10.561)	(4.697)	(133.518)
Incorporação AMYA	-	-	-	25.793	-	25.793
Capitalização de juros	-	-	-	-	8.286	8.286
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.813.389	15.834.554	278.068	4.029.236	483.735 (c)	23.438.982
Depreciação						
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(684.884)	(5.326.980)	(161.397)	-	-	(6.173.261)
Transferências	(41)	1.830	(1.789)	-	-	-
Baixas	(a) 759	111.525	12.552	-	-	124.836
Depreciação	(77.558)	(690.699)	(25.070)	-	-	(793.327)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(761.724)	(5.904.324)	(175.704)	-	-	(6.841.752)
Transferências	8	270	(278)	-	-	-
Baixas	(a) 3.172	64.536	13.140	-	-	80.848
Depreciação	(70.037)	(700.416)	(26.520)	-	-	(796.973)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(828.581)	(6.539.934)	(189.362)	-	-	(7.557.877)
Valor residual						
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.984.808	9.294.620	88.706	4.029.236	483.735 (c)	15.881.105
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.919.967	9.431.489	113.727	4.008.345	390.671	15.864.199

						Consolidado
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Outros ativos	Terrenos e fazendas	Obras em andamento	Total do ativo imobilizado
Taxa média anual de depreciação	3,45%	5,25%	17,52%	-	-	-
Custo						
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.626.470	15.065.858	283.294	4.336.084	216.506	22.528.212
Transferências	59.153	278.749	17.609	229.269	(584.780)	-
Transferências entre outros ativos	(b) -	32.593	-	-	(27.577)	5.016
Adições	(22)	88.561	11.018	(80)	783.074	882.551
Baixas	(a) (1.774)	(120.191)	(12.790)	(4.159)	-	(138.914)
Provisão para perdas ("impairment")	-	-	-	(192.538)	-	(192.538)
Capitalização de juros	-	-	-	-	3.448	3.448
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.683.827	15.345.570	299.131	4.368.577	390.671	23.087.775
Transferências	141.161	485.182	3.297	3.920	(633.560)	-
Transferências entre outros ativos	(b) (4.500)	4.434	(7.035)	-	(8.705)	(15.806)
Adições	4.648	106.422	6.527	2.257	731.740	851.594
Baixas	(a) (9.463)	(95.277)	(13.525)	(26.162)	(4.697)	(149.124)
Capitalização de juros	-	-	-	-	8.286	8.286
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.815.673	15.846.331	288.395	4.348.592	483.735 (c)	23.782.726
Depreciação						
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(685.681)	(5.330.746)	(165.551)	-	-	(6.181.978)
Transferências	(41)	1.830	(1.789)	-	-	-
Baixas	(a) 759	111.525	12.552	-	-	124.836
Depreciação	(77.723)	(691.552)	(26.078)	-	-	(795.353)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(762.686)	(5.908.943)	(180.866)	-	-	(6.852.495)
Transferências	8	270	(278)	-	-	-
Baixas	(a) 3.172	64.536	13.145	-	-	80.853
Depreciação	(70.315)	(701.822)	(27.719)	-	-	(799.856)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(829.821)	(6.545.959)	(195.718)	-	-	(7.571.498)
Valor residual						
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.985.852	9.300.372	92.677	4.348.592	483.735 (c)	16.211.228
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.921.141	9.436.627	118.265	4.368.577	390.671	16.235.280

- (a) Os valores de baixas incluem, além das baixas por alienação, baixas por obsolescência e sucateamento;
- (b) Inclui transferências entre as rubricas de estoque, de intangível e em ativos não circulantes a venda, sendo: i) Carretas (R\$ 7.035); e ii) Imóvel comercial (R\$ 4.500);
- (c) O saldo de Obras em Andamento decorre dos investimentos realizados em consonância com a estratégia para maximizar o retorno para os acionistas sendo: i) negócios adjacentes R\$ 134.299; ii) competitividade estrutural R\$ 264.606; e iii) demais investimentos R\$ 84.830. (31 de dezembro de 2016, i) negócios adjacentes R\$ 143.677; ii) competitividade estrutural R\$ 187.626; demais investimentos R\$ 59.368).

A classe de máquinas e equipamentos considera os montantes reconhecidos a título de arrendamento mercantil financeiro descrito na Nota explicativa 20.1.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou nenhum evento que denotasse a redução do valor recuperável dos ativos.

15.1 Bens dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e suas controladas tinham bens do imobilizado dados como garantia em operações de empréstimos e processos judiciais, no montante de R\$ 11.571.632 (31 de dezembro de 2016, o montante de R\$ 11.155.204).

15.2 Despesas Capitalizadas

Durante o exercício de 2017 foram capitalizados juros no montante de R\$ 8.286, referente aos recursos utilizados para investimento em negócios adjacentes e em competitividade estrutural (31 de dezembro de 2016, o montante de R\$ 3.448 referente aos mesmos investimentos). O valor calculado considera as captações líquidas das aplicações à taxa média de 0,79% ao mês.

16 Intangível

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo na Controladora do ativo intangível de R\$ 113.334 (31 de dezembro de 2016 R\$ 118.505), e no Consolidado de R\$ 188.426 (31 de dezembro de 2016 R\$ 219.588).

Em 2017, a controlada Futuragene descontinuou dois contratos remanescentes de pesquisa e desenvolvimento com terceiros no montante de R\$ 18.845, onde as partes não manifestaram interesse em continuar as pesquisas.

17 Créditos a receber com precatórios

Em 1º de julho de 1987, a subsidiária incorporada Companhia Santista de Papel, ajuizou Ação Indenizatória por Desapropriação Indireta, visando obter indenização em virtude de imóvel de sua propriedade ter sido declarado como área de utilidade pública (imóvel atingido pelo Parque Estadual da Serra do Mar, na cidade de Cubatão, no Estado de São Paulo). Em 2 de dezembro de 2004, o processo transitou em julgado com ganho de causa para a Companhia.

A Administração da Suzano juntamente com seus assessores jurídicos esperam o repasse do valor do precatório até o ano de 2020, não obstante esteja em discussão a dilação do prazo de pagamento para 2024, quando então todos os precatórios deverão ser quitados.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 60.975 (31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 56.721).

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores nacionais	567.306	519.411	574.458	558.288
Fornecedores estrangeiros	14.504	30.102	36.018	24.630
	581.810	549.513	610.476	582.918

19 Empréstimos e Financiamentos

			Taxa média anual de juros em 31/12/2017	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
		Indexador			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imobilizado:								
BNDIS - Finem	(a) (b)	Taxa fixa/TJLP	7,19%	2018 a 2026	311.836	1.068.482	339.798	1.096.648
BNDIS - Finem	(b)	Cesta de moedas/US\$	6,52%	2018 a 2023	165.125	490.718	165.125	490.718
BNDIS - Finame	(a)	Taxa fixa/TJLP	5,55%	2018 a 2024	4.708	18.548	4.708	18.548
FNE - BNB	(b)	Taxa fixa	6,28%	2018 a 2026	244.452	218.937	244.452	218.937
FINEP	(b)	Taxa fixa	4,00%	2018 a 2020	20.577	35.263	20.577	35.263
Arrendamento mercantil financeiro		CDI/US\$		2018 a 2022	19.686	23.632	19.686	23.632
Financiamentos de importações / ECA	(b) (c)	US\$/Libor	3,05%	2018 a 2022	864.761	1.078.696	864.761	1.078.696
					1.631.145	2.934.276	1.659.107	2.962.442
Capital de giro:								
Financiamentos de exportações		US\$/Libor	4,89%	2018 a 2022	844.388	1.940.764	844.388	1.940.764
Nota de crédito de exportação		CDI	6,89%	2018 a 2020	2.907.200	3.242.035	2.907.200	3.242.035
Senior Notes	(d)	US\$/Taxa fixa	6,22%	2021 a 2047	-	-	4.730.800	3.787.755
Desconto de duplicatas-Vendor				2018	33.363	32.957	33.363	32.957
Empréstimo Sindicalizado	(e)	US\$/Libor	3,32%	2018 a 2020	-	-	1.986.691	1.950.463
Fundo de direitos creditórios				2018	24.665	-	24.665	-
Outros				2018	287	84	5.642	96.363
					3.809.903	5.215.840	10.532.749	11.050.337
					5.441.048	8.150.116	12.191.856	14.012.779
Parcela circulante (inclui juros a pagar)					1.329.753	1.393.446	2.115.067	1.594.720
Parcela não circulante					4.111.295	6.756.670	10.076.789	12.418.059
Os financiamentos e empréstimos não circulantes vencem como segue:								
2018					-	1.833.525	-	2.488.976
2019					1.236.638	1.696.671	2.122.767	2.569.759
2020					2.160.696	2.368.459	2.599.279	2.807.001
2021					494.345	636.983	1.121.216	2.733.599
2022					119.750	123.309	123.745	105.600
2023					49.164	56.536	53.160	60.531
2024					30.089	39.484	34.084	43.479
2025 em diante					20.613	1.703	4.022.538	1.609.114
					4.111.295	6.756.670	10.076.789	12.418.059

- (a) Operações captadas a 6% a.a. da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") divulgada pelo Banco Central. Modelo de operação de termo de capitalização, ou seja, o que ultrapassar 6% a.a., é incorporado ao valor do principal e submetido a mesma taxa de juros nominal citada.
- (b) Os empréstimos e financiamentos estão garantidos, conforme o caso, por i) hipotecas da fábrica; ii) propriedades rurais; iii) alienação fiduciária de bens objeto dos financiamentos; iv) aval de acionistas; e v) fiança bancária.
- (c) A Suzano firmou contrato de US\$ 150 milhões para financiar a importação de equipamentos para a Unidade de Mucuri, captou também recursos referentes à contratação de duas operações financeiras de financiamento à importação *Export Credit Agency* ("ECA") de equipamentos destinados às instalações da unidade de produção de celulose no Maranhão, no montante total contratado equivalente a US\$ 535 milhões, pelo prazo de até 9,5 anos, com garantia *Finnvera* e EKN ("*Export Credit Agency*"). Estes contratos possuem cláusulas definindo a manutenção de determinados níveis de alavancagem, as quais são verificadas e o atendimento é confirmado após 60 e 120 dias do fechamento dos meses de junho e dezembro de cada exercício social, respectivamente. Com relação aos resultados de junho de 2017, a Companhia cumpriu todas as cláusulas estabelecidas nos contratos.
- (d) Em setembro, novembro e dezembro de 2017, a Suzano por meio de sua controlada Suzano Trading, recomprou os títulos de dívida Senior Notes nos valores de US\$ 146 milhões, US\$ 309 milhões e US\$ 623 mil, respectivamente, e por intermédio da Suzano Áustria, reabriu as emissões de Senior Notes no valor de i) US\$ 200 milhões com vencimento em 14 de julho de 2026, com remuneração ao investidor correspondente a uma taxa de 4,625% ao ano, a serem pagos semestralmente, nos meses de janeiro e julho, e ii) US\$ 200 milhões com vencimento em 16 de março de 2047, com remuneração ao investidor correspondente a uma taxa de 6,300% ao ano, a serem pagos semestralmente nos meses de março e setembro. Em março de 2017, a Suzano por intermédio da sua subsidiária Suzano Áustria, emitiu Senior Notes no valor de US\$ 300 milhões com vencimento em 16 de março de 2047, cupom com pagamento semestral de 7,00% a.a. e retorno final ao investidor de 7,38% a.a. (Nota explicativa 1.1 a), i), iii) e v)).
- (e) Em maio de 2015, a Companhia, através de sua subsidiária Suzano Europa, contratou empréstimo sindicalizado no valor de US\$ 600 milhões com pagamento de juros trimestral e amortização do principal entre maio de 2018 e maio de 2020. Esse empréstimo possui cláusulas definindo a manutenção de determinados níveis de alavancagem, as quais são verificadas e o atendimento é confirmado após 60 e 120 dias do fechamento dos meses de junho e dezembro de cada exercício social, respectivamente. Com relação aos resultados de junho 2017, a Companhia cumpriu com os níveis estabelecidos.

Em determinados contratos de financiamentos há cláusulas de *covenants* financeiros e não financeiros. As cláusulas de *covenants* financeiros estabelecem determinados níveis máximos de alavancagem expressos, normalmente, pela razão Dívida Líquida/EBITDA (*Earnings Before Income, Taxes, Depreciation and Amortization*), os quais na data dessas demonstrações financeiras a Companhia encontra-se adimplente. No caso das cláusulas de *covenants* não financeiros, dispõe essencialmente de nível máximo de cessão de contas a receber, garantias a terceiros e venda de ativos operacionais, os quais também encontram-se adimplentes.

19.1 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	10.002.341	14.917.342
Captações	3.702.577	5.665.635
Juros apropriados	714.214	948.918
Variação cambial	(831.521)	(1.651.688)
Liquidação de principal	(4.624.901)	(4.853.038)
Liquidação de juros	(822.989)	(1.012.334)
Deságio	-	(15.236)
Amortização de deságio	-	570
Custos de captação	(25.518)	(33.978)
Amortização dos custos de captação	35.913	46.588
Saldos em 31 de dezembro de 2016	8.150.116	14.012.779
Captações	242.740	2.561.954
Juros apropriados	526.720	993.702
Variação cambial	(7.754)	81.849
Liquidação de principal	(2.927.471)	(4.533.736)
Liquidação de juros	(565.514)	(1.025.117)
Ágio	-	115.165
Deságio	-	(44.718)
Amortização de deságio	-	1.559
Amortização de ágio	-	(1.887)
Custos de captação	(2.683)	(18.315)
Amortização dos custos de captação	24.894	48.621
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>5.441.048</u>	<u>12.191.856</u>

19.2 Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários

Natureza	Custo Total	Amortizações	Consolidado	
			Saldo à amortizar	
			31/12/2017	31/12/2016
Senior Notes	81.268	(53.988)	27.280	29.694
NCE	67.845	(44.769)	23.076	33.322
Importação (ECA)	101.811	(75.425)	26.386	38.896
Empréstimo Sindicalizado	20.015	(13.536)	6.479	11.780
Outros	5.574	(3.150)	2.424	1.878
	<u>276.513</u>	<u>(190.868)</u>	<u>85.645</u>	<u>115.570</u>

O custo de captações, quando incorridos em moeda estrangeira, são amortizados nos prazos dos contratos com base na taxa efetiva de juros e na moeda de origem, sendo convertidos para Reais para fins de apresentação.

19.3 Garantias de empréstimos e financiamentos

Alguns contratos de empréstimo e financiamento possuem cláusulas de garantia dos próprios equipamentos financiados ou outros ativos imobilizados indicados pela Companhia (Nota explicativa 15.1).

20 Arrendamento Mercantil

20.1 Arrendamento mercantil financeiro

A Companhia mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro, relacionados a equipamentos utilizados no processo industrial de fabricação de celulose e papel, onde a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade. Alguns contratos são denominados em dólares norte-americanos e possuem cláusulas de opção de compra de tais ativos ao final do prazo do arrendamento, que variam de 5 a 15 anos, por um preço substancialmente inferior ao seu valor justo. A Administração tem a intenção de exercer as opções de compra nas datas previstas em cada contrato.

Os valores contabilizados no ativo imobilizado, líquidos de depreciação, e o valor presente das parcelas obrigatórias do contrato (financiamentos) correspondente a esses ativos, estão abaixo demonstrados:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Máquinas e equipamentos	108.160	108.565
(-) Depreciação acumulada	(99.452)	(97.617)
Imobilizado líquido	8.708	10.948
Valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos):		
Menos de um ano	4.632	4.796
Mais de um ano e até cinco anos	15.054	18.836
Total do valor presente das parcelas obrigatórias (financiamentos)	19.686	23.632
Encargos financeiros a serem apropriados no futuro	2.770	5.937
Valor das parcelas obrigatórias ao final dos contratos	22.456	29.569

20.2 Arrendamento mercantil operacional

A Companhia mantém contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados à locação de áreas, escritórios, imóveis, veículos, centrais telefônicas e equipamentos de *hardware* e serviço de instalação, cujos contratos foram celebrados em Reais, a Administração não possui a intenção de compra dos ativos ao final do contrato e o prazo dos contratos não são equivalentes à parte substancial da vida útil dos ativos.

Os pagamentos do arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa operacional na demonstração do resultado da Companhia.

Descrição	Valor da parcela mensal	Indexador	Vencimento
Escritórios administrativos e depósitos	1 à 1.170	IGP-M e IPCA/IBGE	30/01/2018 a 27/01/2024
Central telefônica e licenças	1 à 149	IGP-DI	30/09/2018

Abaixo a agenda de pagamentos mínimos vincendos:

	31/12/2017
Até um ano	25.555
Mais de um ano e até três anos	19.891
Mais de três anos e até cinco anos	13.938
Total das parcelas vincendas	59.384

20.3 Demais compromissos

A Companhia no curso normal de suas operações estabelece contratos e compromissos comerciais a fim de garantir melhores condições operacionais, visando ampliação de seus negócios, sendo os principais apresentados a seguir:

- i) Contratos de arrendamento de terras para formação de florestas de eucalipto, cujos prazos podem atingir até 21 anos (3 ciclos de formação florestal) e possuem cláusulas de opção de renovação. Os pagamentos realizados são registrados como custo de formação florestal e registrados na rubrica de ativos biológicos sendo levados ao resultado na exaustão das florestas. As parcelas vincendas na data dessas demonstrações financeiras equivalem a R\$ 1.224.679 no valor atual das parcelas.
- ii) Contratos de venda futura de produtos acabados, lastreados em operações de venda de performance, registrados no curto prazo. Os valores são reconhecidos inicialmente na rubrica de adiantamento de clientes sendo levados ao resultado na medida em que as operações de entrega destes produtos são efetivadas. Em 31 de dezembro de 2017, o montante registrado na rubrica de adiantamento de clientes era de R\$ 63.201, (31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 495.918).

21 Provisão para Contingências

21.1 Movimentação das provisões para contingências

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Reversões	Atualizações monetárias	Liquidação de processos
Tributários e previdenciários	199.232	31.329	(2.428)	42.401	(1.880)
Trabalhistas	35.490	9.033	(2.331)	9.351	(13.426)
Cíveis	1.839	1.880	(337)	-	-
	236.561	42.242	(5.096)	51.752	(15.306)
					310.153

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Reversões	Atualizações monetárias	Liquidação de processos
Tributários e previdenciários	206.365	32.672	(4.738)	42.400	(3.375)
Trabalhistas	38.430	9.888	(3.720)	9.467	(13.702)
Cíveis	1.839	1.880	(337)	-	-
	246.634	44.440	(8.795)	51.867	(17.077)
					317.069

21.2 Processos tributários e previdenciários

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia figura no polo passivo em processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária, nos quais são discutidas matérias relativas a diversos tributos, tais como IRPJ/CSLL, PIS, COFINS, IPI, Contribuição Previdenciária, ITR, ICMS, ISS e IPTU, os quais encontram-se provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos assessores jurídicos externos da Companhia e pela Administração.

A Companhia aderiu ao REFIS – Lei nº 11.941/09, no tocante a alguns processos, no montante atualizado de, aproximadamente, R\$ 13.665, valor esse, a título de principal, que se encontra devidamente provisionado, sendo que os juros e as multas serão pagos mediante utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, os quais os montantes já foram indicados pela Companhia à Receita Federal do Brasil e estão aguardando consolidação.

Com a edição da Medida Provisória nº 783/2017, posteriormente, convertida na Lei nº 13.496/2017, em razão dos benefícios de redução de juros, multas e encargos legais, a Companhia optou por migrar alguns débitos que estavam abrangidos pelo REFIS – Lei nº 11.941/09, ainda não consolidados, e quitar outros débitos com probabilidade de perda provável, estando provisionados em 31 de dezembro de 2017 os valores dos referidos débitos no montante de R\$ 5.367, já considerando as reduções legais e os valores pagos antecipadamente à Receita Federal do Brasil e à Procuradoria da Fazenda Nacional, cuja consolidação deverá ocorrer provavelmente no primeiro trimestre de 2018.

21.3 Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia figura no polo passivo em 3.208 processos de natureza trabalhista.

De maneira geral, os processos trabalhistas estão relacionados, principalmente, a questões frequentemente contestadas por empregados de empresas agroindustriais, como certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para prestação de serviços para a Companhia.

21.4 Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia figura no polo passivo em 405 processos cíveis.

Os processos cíveis estão relacionados, principalmente, a matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de obrigações contratuais, acidente de trânsito, ações possessórias, ambientais, dentre outras.

21.5 Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantém R\$ 113.613 de depósitos judiciais, sendo R\$ 69.599 referente a processos trabalhistas e R\$ 44.014 referente a processos tributários e previdenciários (31 de dezembro de 2016, o montante de R\$ 87.097, sendo R\$ 37.663 referente a processos trabalhistas e R\$ 49.434 referente a processos tributários e previdenciários).

21.6 Processos possíveis

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificado pela Administração e por seus assessores legais como possível:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Tributários e previdenciários	1.026.950	193.922	1.026.950	193.922
Trabalhistas	14.268	37.909	14.268	38.667
Cíveis	23.666	1.310	23.666	1.310
	1.064.884	233.141	1.064.884	233.899

A Companhia é parte no polo passivo em processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, no montante total aproximado de R\$ 1.026.950, para os quais não há provisão constituída. Ressaltamos que deste total, R\$ 810.401 correspondem a um auto de infração de PIS e COFINS, do período de 2007 a 2013, que ainda não foi apreciado pela 1ª instância no âmbito da Receita Federal do Brasil. Os demais processos tributários e previdenciários discutem débitos de diversos tributos, tais como Contribuição Previdenciária, IRPJ, ITR, ICMS, IRRF, PIS e COFINS, em virtude, principalmente, de divergências na interpretação das normas tributárias aplicáveis e informações prestadas em obrigações acessórias.

22 Passivos Atuariais

22.1 Planos de benefícios definidos

A Companhia assegura o custeio de assistência médica para ex-funcionários que se aposentaram até 2003 (até 1998 para ex-funcionários da Ripasa, atual unidade de Limeira), bem como para seus cônjuges e dependentes até completar a maioridade.

Para outro grupo de ex-funcionários que, excepcionalmente por critério e deliberação da Companhia, ou segundo critérios e direitos associados ao cumprimento da legislação pertinente, a Companhia assegura o programa de assistência médica.

A Companhia oferece o benefício de seguro de vida aos aposentados.

22.2 Principais hipóteses atuariais econômicas e biométricas utilizadas no cálculo

	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de desconto - plano médico	5,39% a.a	5,65% a.a.
Taxa de desconto - seguro de vida	5,39% a.a	5,65% a.a.
Taxa de crescimento dos custos médicos acima da inflação básica	3,25% a.a	3,00% a.a.
Inflação econômica	4,40% a.a	5,50% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57

Em 31 de dezembro de 2017, a sensibilidade do saldo do passivo atuarial às mudanças nas principais premissas utilizadas, considerando mantidas as demais, é como segue:

	Mudança	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	0,50%	Redução de 5,71%	Aumento de 6,31%
Taxa de crescimento dos custos médicos	0,50%	Aumento de 6,46%	Redução de 5,90%
Mortalidade	1 ano	Aumento de 0,64%	Redução de 0,51%

22.3 Movimentação do passivo atuarial

Controladora e Consolidado	
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2015	263.141
Juros sobre obrigação atuarial	36.856
Perda atuarial	54.422
Benefícios pagos no exercício	(15.410)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	339.009
Juros sobre obrigação atuarial	38.022
Ganho atuarial	(4.173)
Benefícios pagos no exercício	(21.595)
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	351.263

23 Plano de Remuneração de Longo Prazo Baseado em Ações

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui 2 (dois) Planos de remuneração baseados em ações, sendo: i) Plano de opções de ações fantasma com pagamento em moeda corrente; e, ii) Plano de opções de compra de ações preferenciais classe “A” ou alternativamente em moeda corrente.

São elegíveis ao plano determinados executivos, administradores e colaboradores (beneficiários). As condições gerais de aquisição, tais como, preço de exercício, quantidade de ações, carência e de outorga das opções de compra das ações a esses executivos (beneficiários) são definidas em regulamentos específicos segundo diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Estes Planos não sofreram alterações em suas características e nos critérios de mensuração desde as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

23.1 Plano de opções de ações fantasmas ou Phantom Stock Options (“PSO”)

Determinados executivos e membros chave da Administração, possuem plano de remuneração de longo prazo atrelado ao preço da ação com pagamento em dinheiro.

Ao longo do ano de 2017, a Companhia outorgou os Programas SAR e PLUS 2017 (*Share Appreciation Rights*) de opções de ações fantasma. Nesse programa, o beneficiário deverá investir 5% do valor total correspondente ao número de opções de

ações fantasmas no momento da outorga e 20% após três anos para efetivar a aquisição da opção. Também outorgamos programas de ILP (Incentivo de Longo Prazo) para membros chaves da Companhia como forma de retenção destes membros. Nesse programa o beneficiário não faz investimento.

O prazo de carência e de vencimento das opções podem variar de 3 até 5 anos, a partir da data de outorga, de acordo com as características de cada plano.

O valor da ação é calculado da média da cotação das ações dos últimos 90 pregões contando-se a partir do fechamento do último dia útil de pregão do mês anterior ao mês da concessão. As parcelas destes programas serão reajustadas com base na variação da cotação das ações da Suzano (SUZB5) entre a data de concessão e a de pagamento. Nas datas em que não ocorra negociação das ações SUZB5, prevalecerá o valor da última negociação.

As opções de ações fantasmas somente serão devidas caso o beneficiário esteja no quadro de funcionários da Companhia na data do pagamento. No caso de rescisão do contrato de trabalho por iniciativa da Companhia ou por iniciativa do beneficiário, antes de completar o prazo de carência, o executivo perde o direito ao recebimento de todos os benefícios, exceto quando estabelecido de outra forma em contratos.

	31/12/2017	31/12/2016
	Ações (Nº)	Ações (Nº)
Disponíveis no início do exercício	3.048.991	3.570.103
Outorgadas durante o exercício	3.035.488	1.092.921
Transferência entre empresas	-	32.061
Exercidas ^(a)	(695.532)	(1.144.900)
Exercidas por demissão ^(a)	(161.270)	(138.896)
Abandonadas / prescritas por demissão	(172.158)	(362.298)
Disponíveis no final do exercício	5.055.519	3.048.991

^(a) Para as ações exercidas e exercidas por demissão, o preço médio em 31 de dezembro 2017 e de 2016, foram de R\$ 19,84 e R\$ 10,63, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2017, os planos de opções de ações fantasmas em aberto estão abaixo apresentados:

Controladora e Consolidado**31/12/2017**

Programa	Data de Outorga	2a. Carência	Preço Justo na Outorga	Quant. Opções Outorgadas
ILP 2012	01/03/2012	01/03/2018	R\$ 7,49	13.426
Diferimento 2014	01/03/2015	01/03/2018	R\$ 10,80	208.727
Diferimento 2014	01/03/2015	01/03/2019	R\$ 10,80	208.727
SAR 2015	01/04/2015	01/04/2020	R\$ 11,69	594.239
SAR 2015 - Setembro	01/09/2015	01/09/2020	R\$ 15,99	4.340
ILP 2015	01/09/2015	01/09/2021	R\$ 15,99	25.016
Diferimento 2015	01/03/2016	01/03/2019	R\$ 16,93	76.992
Diferimento 2015	01/03/2016	01/03/2020	R\$ 16,93	76.992
SAR 2016	01/04/2016	01/04/2021	R\$ 15,96	611.713
PLUS 2016	01/04/2016	01/04/2021	R\$ 15,96	204.673
SAR 2016 - Outubro	03/10/2016	03/10/2021	R\$ 11,03	8.934
SAR 2017	03/04/2017	03/04/2022	R\$ 13,30	1.019.186
PLUS 2017	03/04/2017	03/04/2022	R\$ 13,30	255.627
ILP 2017 - 36	03/04/2017	03/04/2020	R\$ 13,30	406.016
ILP 2017 - 48	03/04/2017	03/04/2021	R\$ 13,30	406.016
ILP 2017 - 60	03/04/2017	03/04/2022	R\$ 13,30	406.016
ILP 2017 - H	04/04/2017	04/04/2022	R\$ 13,30	11.278
ILP 2017 - CAB	01/05/2017	01/05/2020	R\$ 13,30	307.141
ILP 2017 - 36 Out	02/10/2020	02/10/2020	R\$ 15,87	126.444
ILP 2017 - 48 Out	02/10/2021	02/10/2021	R\$ 15,87	42.008
ILP 2017 - 60 Out	02/10/2022	02/10/2022	R\$ 15,87	42.008
TOTAL				5.055.519

23.2 Plano de opções de compra de ações preferenciais classe 'A' ou alternativamente em moeda corrente

As opções outorgadas não poderão ultrapassar 2% do total de ações do capital social integralizado e subscrito da Companhia, assim como deverão ser provenientes: i) emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado da Companhia; e/ou, ii) de ações mantidas em tesouraria.

O Programa III concede aos beneficiários o direito de comprar ações da Companhia por um preço pré-definido desde que as metas relacionadas a: i) Valorização das Ações da Companhia; ii) relação dívida líquida / EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*); e, iii) ROIC (*Return Over Invested Capital*) sejam atingidas. A superação destas metas também tem o efeito de redução do período de carência em 12 meses.

Durante o período de carência para exercício das opções, é vedada ao beneficiário a alienação ou a constituição de quaisquer ônus que recaiam sobre essas opções.

Programa	Séries outorgadas	Data de outorga	1º data exercício	2º data exercício e expiração	Preço na data de outorga	Ações Outorgadas	Ações Exercidas	Total em vigor em 31/12/2017
Programa 3	Série I	18/01/2013	18/01/2015	18/04/2015	3,53	1.800.000	1.800.000	-
	Série II	18/01/2013	18/01/2016	18/04/2016	3,71	1.800.000	1.800.000	-
	Série III	18/01/2013	18/01/2018	18/04/2018	3,91	1.800.000	1.800.000	-
	Série IV	18/01/2013	18/01/2019	18/04/2019	3,96	1.800.000	1.800.000	-
	Série V	18/01/2013	18/01/2020	18/04/2020	3,99	1.800.000	-	1.800.000
Total						9.000.000	7.200.000	1.800.000

Em 31 de dezembro de 2017, 13.842.004 ações ordinárias em tesouraria servem de lastro às opções outorgadas do Plano.

23.3 Premissas de mensuração

O Plano de opções de ações fantasma, por ser liquidado em caixa, o valor justo das opções é remensurado ao término de cada período com base no método Monte Carlo - MMC, sendo este multiplicado pelo TSR (*Total Shareholder Return*) observado no período (o qual varia entre 75% e 125% e depende do desempenho da ação SUZB5 em relação às ações de empresas do mesmo setor no Brasil).

O Plano de opções de ações preferenciais Classe A do Programa III, o valor justo foi estimado com base no modelo probabilístico binomial, o qual considera a taxa de distribuição de dividendos e as seguintes premissas:

Descrição das premissas	Indicadores				
	Opções				
	Programa III	SAR 2014	SAR 2015	SAR 2016 e Plus 2016	SAR 2017 e Plus 2017
Modelo de Cálculo	Binomial	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Preço do ativo base (por ação)	7,73	R\$ 18,88	R\$ 18,88	R\$ 18,88	R\$ 18,88
Expectativa de volatilidade ^(a)	40,47% a.a.	36,82 % a.a.	34,77 % a.a.	33,85 % a.a.	38,35 % a.a.
Expectativa de vida média das ações fantasma / opções ^(b)	Igual à vida da opção				
Expectativa de dividendos ^(c)	3,49% a.a.	2,94% a.a.	2,94% a.a.	4,80% a.a.	5,94% a.a.
Taxa de juros média ponderada livre de risco ^(d)	8,99%	11,90%	12,83%	14,33%	10,23%

^(a) A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, considerando desvio padrão de 745 observações de retornos;

^(b) A expectativa de vida média das ações fantasma e opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício;

^(c) A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Suzano;

^(d) A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em Reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição.

Os valores correspondentes aos serviços recebidos e reconhecidos nas demonstrações financeiras estão abaixo demonstrados:

	Consolidado			
	Passivo e Patrimônio líquido		Resultado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Passivo não circulante				
Provisão com plano de ações fantasma	38.320	18.850	(32.192)	529
Patrimônio líquido				
Reserva de opções de compra de ações	14.237	19.754	(1.523)	(3.337)
Total das despesas gerais e administrativas provenientes de transações com base em ações			(33.715)	(2.808)

24 Compromissos com Aquisição de Ativos

24.1 Certificados de recebíveis imobiliários (“CRI”)

Em 31 de dezembro de 2017, os compromissos relacionados a aquisição de terrenos, fazendas, reflorestamento e casas em construção no Maranhão totalizam o montante de R\$ 53.321 na Controladora e R\$ 102.059 no Consolidado, apresentadas na rubrica de Compromissos com aquisição de ativos no passivo circulante e não circulante (31 de dezembro de 2016, os montantes de R\$ 57.735 e R\$ 159.457, respectivamente).

24.2 Aquisição do Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações (“VFFIP”)

Adquirido em agosto de 2014, com vencimento em agosto de 2024 e agosto de 2029 pelo montante de R\$ 528.941, mediante sinal de R\$ 44.998 e o saldo remanescente, parte atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) e parte atualizado pela variação cambial do Dólar, acrescentado cupom médio de 5,07 % a.a.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo remanescente atualizado é de R\$ 483.927, na Controladora e Consolidado, apresentado na rubrica de Compromissos com aquisição de ativos no passivo circulante e não circulante, (31 de dezembro de 2016, o montante de R\$ 535.398).

25 Patrimônio Líquido

25.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Suzano é de R\$ 6.241.753 dividido em 1.105.826.145 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social está abaixo apresentada:

Acionista	Ordinárias	
	Quantidade	(%)
Suzano Holding S.A.	367.612.234	33,24
Controladores e Administradores	257.167.925	23,26
Subtotal	624.780.159	56,50
Tesouraria	13.842.004	1,25
BNDESPAR	75.909.985	6,87
<i>Mondrian Investment Partners</i>	72.878.900	6,59
Outros acionistas	318.415.097	28,79
Total	1.105.826.145	100,00

Por deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 780.120 mil ações ordinárias, todas exclusivamente escriturais.

Em 31 de dezembro de 2017, as ações ordinárias SUZB3 encerraram o exercício cotadas a R\$18,69. (31 de dezembro de 2016, as ações preferenciais SUZB5 cotadas a R\$14,20).

25.2 Reservas

Reserva de lucros

A Reserva para Aumento de Capital é composta por 90% do saldo remanescente dos lucros do exercício, após dividendos e reserva legal, e objetiva assegurar a Companhia adequadas condições operacionais.

A Reserva Estatutária Especial acolhe os 10% restantes do saldo remanescente dos lucros do exercício e objetiva garantir a continuidade da distribuição de dividendos.

Reserva de capital

A Reserva de Capital é composta pelos saldos das reservas de incentivos fiscais, reserva de opções de compra de ações, ações em tesouraria e os custos diretamente atribuíveis a Oferta de Ações, substancialmente compostos por despesas com comissões, honorários de advogados, consultores e auditores.

25.3 Ações em tesouraria

	Quantidade de ações				R\$ (em milhares)	Preço médio por ação (R\$)
	ON	PNA	PNB	Total		
Saldo em 31/12/2015	6.786.194	10.644.997	1.909.699	19.340.890	288.858	14,94
Ações vendidas ^(a)	-	(1.800.000)	-	(1.800.000)	(15.193)	8,44
Ações transferidas	-	1.935	2.833	4.768	-	-
Saldo em 31/12/2016	6.786.194	8.846.932	1.912.532	17.545.658	273.665	15,60
Ações vendidas ^(a)	-	(1.800.000)	-	(1.800.000)	(15.552)	8,64
Ações transferidas ^(b)	7.055.810	(7.055.810)	-	-	-	-
Ações canceladas ^(c)	-	-	(1.912.532)	(1.912.532)	(17.107)	8,94
Recompra de ações ^(d)	-	8.878	-	8.878	82	9,24
Saldo em 31/12/2017	13.842.004	-	-	13.842.004	241.088	17,42

- (a) Ações em tesouraria utilizadas para atendimento do plano de remuneração baseado em ações (Nota explicativa 23).
- (b) Vide Nota explicativa 1.1 b), ii).
- (c) Em 28 de abril de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral e Extraordinária o cancelamento das 1.912.532 ações preferencias classe "B".
- (d) Recompra de ações referente ao direito de recesso exercido pelos detentores de ações que não aderiram a conversão das ações PNA para ON.

25.4 Ajuste de avaliação patrimonial

	Conversão de debêntures 5ª emissão	Perdas/Ganhos atuariais	Reservas de conversão	Realização de custo atribuído	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(45.745)	(19.584)	34.336	2.481.076	2.450.083
Perdas atuariais líquido de IR e de CSLL diferidos	-	(35.919)	-	-	(35.919)
Perdas em conversão de operações do exterior	-	-	(45.720)	-	(45.720)
Realização parcial do ajuste do custo atribuído aos ativos, líquido do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	-	-	-	(53.877)	(53.877)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(45.745)	(55.503)	(11.384)	2.427.199	2.314.567
Ganho atuarial líquido de IR e de CSLL diferidos		2.754			2.754
Ganhos em conversão de operações do exterior	-	-	38.006	-	38.006
Realização parcial do ajuste do custo atribuído aos ativos, líquido do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	-	-	-	(56.999)	(56.999)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(45.745)	(52.749)	26.622	2.370.200	2.298.328

25.5 Lucro por ação

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Conforme descrito na Nota 1.1 b) ii), em novembro de 2017 a Companhia migrou para o Novo Mercado. Com isso, a totalidade das ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias, na proporção de uma ação preferencial para cada ordinária. Considerando que não houve mudança no capital social, com mera conversão das ações preferenciais, para fins do cálculo e apresentação do lucro por ação, essa conversão foi feita retrospectivamente.

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro atribuível aos acionistas	1.807.433	1.691.998
Quantidade média ponderada de ações no exercício	1.106.297	1.107.739
Média ponderada das ações em tesouraria	(7.965)	(17.693)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	1.098.332	1.090.046
Lucro básico por ação ordinária	1,64562	1,55223

Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias

potenciais que provocariam diluição. A Companhia apresenta potenciais de diluição das opções de compra de ações por opção do titular.

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro atribuível aos acionistas	1.807.433	1.691.998
Quantidade média ponderada de ações em circulação	1.098.332	1.090.046
Ajuste por opções de compra de ações	1.360	2.182
Média ponderada da quantidade de ações (diluída)	1.099.692	1.092.228
Lucro diluído por ação ordinária	1,64358	1,54913

25.6 Destinação do resultado do exercício e dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, artigo 26, item c), a Administração propõe o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios com base no lucro líquido do exercício, conforme abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	1.807.433	1.691.998
Constituição da reserva legal - 5%	(90.372)	(84.600)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	(196.604)	(124.085)
Base de cálculo dividendos	1.520.457	1.483.313
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	380.115	370.828
Dividendos antecipados via JCP ^(a)	(199.835)	-
	180.280	370.828

^(a) Vide Nota explicativa 25.7.

25.7 Juros sobre o Capital Próprio ("JCP")

Em 24 de novembro de 2017, a Companhia em Reunião do Conselho de Administração, aprovou a proposta de pagamento de remuneração aos acionistas da Companhia, sob a forma de juros sobre capital próprio ("JCP"), no montante total bruto de R\$ 199.835, correspondente a R\$ 0,183 por ação de emissão da Companhia, exceto as ações mantidas em tesouraria. Os proventos foram pagos aos acionistas em 11 de dezembro de 2017.

26 Resultado Financeiro, Líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Rendimento de aplicações financeiras	277.889	327.754	285.888	333.168
Outras receitas financeiras	14.646	22.149	19.890	28.016
Total das receitas financeiras	292.535	349.903	305.778	361.184
Despesas de juros com empréstimos	(543.649)	(746.791)	(1.035.986)	(991.796)
Despesas de juros com empréstimos com partes relacionadas	(338.606)	(226.690)	-	-
Outras despesas de juros	(99.938)	(93.792)	(108.410)	(104.023)
Outras despesas financeiras	(60.210)	(47.487)	(74.080)	(60.385)
Total das despesas financeiras	(1.042.403)	(1.114.760)	(1.218.476)	(1.156.204)
Variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos	(192.514)	1.637.133	(163.418)	1.619.202
Variações monetárias e cambiais sobre outros ativos e passivos	45.316	(370.619)	(15.995)	(251.921)
Variação monetária e cambial, líquida	(147.198)	1.266.514	(179.413)	1.367.281
Resultado de operações com derivativos	70.396	515.931	73.271	528.839
Receitas financeiras	362.931	2.132.348	379.049	2.257.304
Despesas financeiras	(1.189.601)	(1.114.760)	(1.397.889)	(1.156.204)
Resultado financeiro líquido	(826.670)	1.017.588	(1.018.840)	1.101.100

27 Receita Líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta de vendas	10.562.500	10.275.204	11.700.172	11.056.340
Deduções				
Impostos sobre vendas ^(a)	(1.103.197)	(1.077.447)	(1.114.998)	(1.087.566)
Ajuste a valor presente	(7.596)	-	(7.596)	-
Devoluções e cancelamentos	(47.394)	(53.232)	(50.199)	(76.654)
Descontos e abatimentos	(6.585)	(9.807)	(6.589)	(9.807)
Receita líquida	9.397.728	9.134.718	10.520.790	9.882.313

(a) Inclui o montante relativo 2,5% sobre a receita bruta das vendas no mercado interno, referente a contribuição social ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, conforme estabelece a Lei 12.546/11, artigo 8º, Anexo I e suas respectivas alterações.

Abaixo demonstramos a abertura da receita líquida consolidada e sua respectiva segmentação no mercado interno e externo, com abertura por países onde as vendas no mercado externo são mais relevantes:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Receita	% Total Receita	Receita	% Total Receita
	Líquida	Líquida	Líquida	Líquida
Mercado interno	3.187.159	30%	3.324.299	34%
Mercado externo	7.333.631	70%	6.558.014	66%
China	1.786.629	17%	1.279.134	13%
Estados Unidos	1.392.159	13%	1.359.651	14%
Hong Kong	1.230.631	12%	1.001.465	10%
França	475.442	5%	479.386	5%
Alemanha	441.506	4%	377.619	4%
Itália	378.874	4%	611.150	6%
Canadá	310.726	3%	74.830	1%
Espanha	246.184	2%	129.128	1%
Turquia	197.880	2%	144.031	1%
Reino Unido	195.828	2%	184.804	2%
Países Baixos	178.647	2%	241.008	2%
Argentina	160.207	1%	158.425	2%
Peru	128.083	1%	101.807	1%
Demais Países	210.835	2%	415.576	4%
Total Receita Líquida	10.520.790	100%	9.882.313	100%

28 Informações por Segmento e Áreas Geográficas

28.1 Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia avalia o desempenho de seus segmentos de negócio através do resultado operacional. As informações apresentadas nas colunas “Não Segmentado” referem-se a itens da demonstração de resultado e do balanço patrimonial não diretamente atribuíveis aos segmentos de papel e celulose como, por exemplo, resultado financeiro líquido e despesas com imposto de renda e contribuição social, além de itens de classificação patrimonial do ativo e passivo.

Os segmentos operacionais definidos pela Administração são demonstrados abaixo:

- i) Celulose: abrange as atividades de produção e comercialização de celulose de mercado de fibra curta de eucalipto e *fluff* para abastecimento essencialmente das demandas do mercado externo, com excedente sendo destinado ao mercado doméstico.
- ii) Papel: abrange as atividades de produção e comercialização de papel para atendimento das demandas do mercado doméstico e mercado externo.

28.2 Informações dos segmentos operacionais

	Consolidado			
	31/12/2017			
	Celulose	Papel	Não segmentado	Total
Receita líquida	6.891.589	3.629.201	-	10.520.790
Mercado interno	620.415	2.566.744	-	3.187.159
Mercado externo	6.271.174	1.062.457	-	7.333.631
Ásia	2.976.504	32.950	-	3.009.454
Europa	2.237.162	139.572	-	2.376.734
América do Norte	966.789	255.086	-	1.221.875
América do Sul e Central	90.719	608.445	-	699.164
África	-	26.404	-	26.404
Custo dos produtos vendidos	(3.906.088)	(2.543.380)	-	(6.449.468)
Lucro Bruto	2.985.501	1.085.821	-	4.071.322
<i>Margem bruta (%)</i>	<i>43,3%</i>	<i>29,9%</i>	<i>-</i>	<i>38,7%</i>
Despesas (receitas) operacionais	(104.985)	(756.949)	48.517	(813.417)
Despesas com vendas	(163.879)	(266.946)	-	(430.825)
Despesas gerais e administrativas	(185.141)	(343.833)	-	(528.974)
Outras receitas (despesas) operacionais	244.035	(152.042)	48.517	140.510
Equivalência patrimonial	-	5.872	-	5.872
Resultado operacional (EBIT)	2.880.516	328.872	48.517	3.257.905
<i>Margem operacional (%)</i>	<i>41,8%</i>	<i>9,1%</i>	<i>-</i>	<i>31,0%</i>
Resultado financeiro líquido	-	-	(1.018.840)	(1.018.840)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	2.880.516	328.872	(970.323)	2.239.065
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-	(431.632)	(431.632)
Lucro líquido do exercício	2.880.516	328.872	(1.401.955)	1.807.433
<i>Margem do lucro líquido do exercício (%)</i>	<i>41,8%</i>	<i>9,1%</i>	<i>-</i>	<i>17,2%</i>
Depreciação, exaustão e amortização	1.007.280	395.498	-	1.402.778
Total de ativo ^(a)	18.901.493	6.336.499	3.284.990	28.522.982
Total de passivo ^(a)	637.451	643.594	15.620.383	16.901.428
Total do patrimônio líquido ^(a)	-	-	11.621.554	11.621.554
Venda de produtos (em toneladas)	3.614.865	1.180.465	-	4.795.330
Mercado externo	3.240.992	374.232	-	3.615.224
Mercado interno	373.873	806.233	-	1.180.106

	Consolidado			
	31/12/2016			
	Celulose	Papel	Não segmentado	Total
Receita líquida	6.141.891	3.740.422	-	9.882.313
Mercado interno	706.488	2.617.811	-	3.324.299
Mercado externo	5.435.403	1.122.611	-	6.558.014
Ásia	2.502.344	32.054	-	2.534.398
Europa	1.957.569	143.036	-	2.100.605
América do Norte	898.442	327.718	-	1.226.160
América do Sul e Central	71.725	568.253	-	639.978
África	5.323	51.550	-	56.873
Custo dos produtos vendidos	(4.077.292)	(2.494.330)	-	(6.571.622)
Lucro Bruto	2.064.599	1.246.092	-	3.310.691
<i>Margem bruta (%)</i>	33,6%	33,3%	-	33,5%
Despesas (receitas) operacionais	(1.347.490)	(638.981)	-	(1.986.471)
Despesas com vendas	(177.098)	(231.712)	-	(408.810)
Despesas gerais e administrativas	(149.485)	(277.615)	-	(427.100)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.020.907)	(129.654)	-	(1.150.561)
Equivalência patrimonial	-	(7.127)	-	(7.127)
Resultado operacional (EBIT)	717.109	599.984	-	1.317.093
<i>Margem operacional (%)</i>	11,7%	16,0%	-	13,3%
Resultado financeiro líquido	-	-	1.101.100	1.101.100
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	717.109	599.984	1.101.100	2.418.193
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-	(726.195)	(726.195)
Lucro líquido do exercício	717.109	599.984	374.905	1.691.998
<i>Margem do lucro líquido do exercício (%)</i>	11,7%	16,0%	-	17,1%
Depreciação, exaustão e amortização	1.006.222	397.296	-	1.403.518
Total de ativo ^(a)	17.765.172	6.830.676	4.803.466	29.399.313
Total de passivo ^(a)	815.332	704.409	17.736.078	19.255.819
Total do patrimônio líquido ^(a)	-	-	10.143.494	10.143.494
Venda de produtos (em toneladas)	3.530.116	1.195.601	-	4.725.717
Mercado externo	3.117.486	361.996	-	3.479.482
Mercado interno	412.630	833.605	-	1.246.235

^(a) A Companhia avalia por segmentos operacionais apenas ativos e passivos que compõem a mensuração do *Return on Invested Capital* ("ROIC"), uma vez que este é utilizado no processo de tomada de decisão.

29 Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Custo do produto vendido				
Gastos com pessoal	(546.090)	(507.311)	(546.090)	(507.311)
Custo variável	(2.944.432)	(2.877.801)	(2.994.349)	(2.907.344)
Custos logísticos	(284.117)	(242.172)	(963.379)	(944.119)
Depreciação, exaustão e amortização	(1.358.476)	(1.358.974)	(1.367.856)	(1.373.355)
Demais custos	(495.383)	(718.294)	(577.794)	(839.493)
	(5.628.498)	(5.704.552)	(6.449.468)	(6.571.622)
Despesas comerciais				
Gastos com pessoal	(71.155)	(68.915)	(106.083)	(111.022)
Serviços	(68.008)	(59.603)	(45.593)	(39.854)
Despesas com logística	(684.742)	(685.554)	(220.944)	(198.973)
Depreciação e amortização	(3.095)	(2.841)	(3.547)	(3.439)
Outras despesas ^(a)	(57.447)	(51.816)	(54.658)	(55.522)
	(884.447)	(868.729)	(430.825)	(408.810)
Despesas administrativas				
Gastos com pessoal	(293.842)	(221.921)	(309.019)	(235.153)
Serviços	(92.595)	(71.060)	(105.522)	(85.911)
Depreciação e amortização	(30.021)	(25.294)	(31.375)	(26.724)
Outras despesas ^(b)	(67.851)	(62.056)	(83.058)	(79.312)
	(484.309)	(380.331)	(528.974)	(427.100)
Outras receitas (despesas) operacionais				
Resultado na venda de outros produtos	(3.314)	5.648	4.765	13.952
Resultado na venda de ativo imobilizado e biológicos	24.751	9.771	29.005	9.767
Provisão para perda e baixa de imobilizado e biológicos ^(c)	(63.861)	(124.108)	(66.707)	(124.108)
Provisão para perdas de terras ("impairment")	-	(36.080)	-	(192.538)
Amortização do ativo intangível	-	(754)	(8.303)	(15.136)
Resultado na atualização do valor justo do ativo biológico ^(d)	192.504	(780.666)	192.504	(780.666)
Baixa parcial de ativo intangível	-	-	(18.845)	(78.799)
Recuperação de tributos	4.760	14.201	5.613	15.672
Arrendamento de terras com controladas	(7.722)	(10.307)	-	-
Recebimento de royalties	2.603	-	2.603	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	9.463	1.081	(125)	1.295
	159.184	(921.214)	140.510	(1.150.561)
	(6.838.070)	(7.874.826)	(7.268.757)	(8.558.093)

^(a) Inclui despesas com perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, seguros, materiais de uso e consumo, viagem, estadia, feiras e eventos.

^(b) Inclui despesas corporativas, seguros, materiais de uso e consumo, projetos sociais e doações, despesas com viagem e estadia.

^(c) O montante refere-se a R\$ 49.338 de baixas relacionadas a perdas e sinistros com ativos biológicos, R\$ 17.369 com ativos imobilizados e R\$ 2.846 reversão de provisão de baixa de ativo biológico.

^(d) Vide Nota explicativa 13.

30 Cobertura de Seguros

A Suzano mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir possíveis riscos de responsabilidade, perdas materiais e lucros cessantes. O limite máximo de indenização para os ativos materiais é de R\$ 5.320.000, para responsabilidade civil de Administradores e Diretores (D&O), a importância segurada é de R\$ 220.000 e, para responsabilidade civil e geral, a importância segurada é de R\$ 20.000.

As florestas de eucalipto não estão cobertas por apólices de seguros devido as particularidades deste ativo. A Companhia realiza o monitoramento constante através de torres de observação estrategicamente posicionadas, com utilização de sistemas de alarmes de incêndios e brigadas de incêndio treinadas para prevenir e combater estes riscos nas áreas florestais.

31 Informações complementares dos fluxos de caixa

Pagamentos efetuados durante o exercício e transações que não afetam o caixa

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Compensações de outros impostos a pagar	(363.614)	(413.053)
Adições ao imobilizado pela transferência de estoques sobressalentes	4.434	32.593
Baixa do imobilizado pela disponibilização para venda de estoques	(11.535)	-
Baixa do imobilizado pela transferência de ativo intangível	(8.705)	(27.577)
Ganho (perda) com passivo atuarial	4.173	(54.422)
Variação cambial sobre investidas	38.006	(45.720)
Reversão de dividendos prescritos	29	26
Dividendos mínimos obrigatórios	(180.280)	(370.828)

32 Eventos subsequentes

Aquisição FACEPA – Aprovação pelo CADE

Em 19 de Janeiro de 2018, o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE) aprovou sem restrições a compra de cerca de 92,84% do capital social total da fábrica da FACEPA pela Suzano, conforme mencionado na Nota explicativa 1.1 b) i). A conclusão da aquisição ainda está sujeita a outras condições contratuais.

Aquisição de terras e florestas no Estado de São Paulo

Em 05 de fevereiro de 2018, a Companhia assinou Contrato de Compra e Venda de Ativos Florestais, de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis Rurais, de Opção de Compra e Outras Avenças, com Cláusula Suspensiva com a Duratex S.A. ("Duratex"), por si ou por intermédio de suas afiliadas, por meio do qual:

(i) adquiriu cerca de 9.500 (nove mil e quinhentos) hectares de áreas rurais e 1.200.000 m³ (um milhão e duzentos mil metros cúbicos) de florestas, que reflete o potencial de produção das florestas existentes e já implantadas nas áreas adquiridas, na região central do estado de São Paulo, pelo preço de R\$ 308,1 milhões; e (ii) adquiriu uma opção de compra de cerca de 20.000 (vinte mil) hectares de áreas rurais nessa mesma região e 5.600.000 m³ (cinco milhões e seiscentos mil metros cúbicos) de florestas, que reflete o potencial de produção das florestas existentes e já implantadas nas áreas objeto da opção, pelo preço de R\$ 749,4 milhões, opção esta que pode ser exercida a exclusivo critério da Suzano até 02 de julho de 2018.

A conclusão desta operação está sujeita a determinadas condições usuais para este tipo de operação, inclusive a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Aliada à sólida base florestal da Suzano na região central do estado

de São Paulo, onde a Companhia já conta com cerca de 61.000 (sessenta e um mil) hectares, esta operação gera otimização de sua base, com redução do raio médio para a unidade industrial de Limeira, além de gerar à Suzano a opcionalidade de um potencial projeto de expansão de produção de celulose no Estado de São Paulo.